

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE/UNICENTRO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM MESTRADO
INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - PPGDC**

ANE CAROLINA CHIMANSKI

**ESTUDO SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO.
ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO COLÉGIO SANTO ANTONIO EM
PINHÃO – PR**

IRATI-PR

2020

ANE CAROLINA CHIMANSKI

**ESTUDO SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO.
ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO COLÉGIO SANTO ANTONIO EM
PINHÃO – PR**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário, do Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO. Linha de Pesquisa: Cultura, Práticas Sociais, Formação Humana e Desenvolvimento Comunitário. Orientador: Prof. Dr. Emerson Luís Velozo.

IRATI-PR

2020

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

C528e Chimanski, Ane Carolina
Estudo sobre as questões étnico-raciais na educação. Atuação da equipe multidisciplinar do Colégio Santo Antonio em Pinhão – PR / Ane Carolina Chimanski. – – Irati, 2020.
xii, 88 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário. Linha de pesquisa: Cultura, Práticas Sociais, Formação Humana e Desenvolvimento Comunitário, 2020.

Orientador: Emerson Luís Velozo
Banca examinadora: Emerson Luís Velozo, Neli Maria Teleginski, Jefferson Olivatto da Silva

Bibliografia

1. Desenvolvimento comunitário. 2. Cultura. 3. Diversidade. 4. Equipe Multidisciplinar. 5. Relações Étnico-Raciais. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário.

| CDD 614



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO


TERMO DE APROVAÇÃO

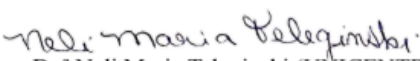
ANE CAROLINA CHIMANSKI

ESTUDO SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO. ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO COLÉGIO SANTO ANTONIO EM PINHÃO – PR

Dissertação aprovada em 10 de agosto de 2020 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Irati, 10 de agosto de 2020


Dr. Emerson Luis Velozo (UNICENTRO)
Orientador


Dr.ª Neli Maria Teleginski (UNICENTRO)
Examinadora Interna


Dr. Jefferson Olivatto da Silva (UEL)
Examinador Externo

Home Page: <http://www.unicentro.br>

Campus Santa Cruz: Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875 – Cx. Postal 3010 – Fone: (42) 3621-1000 – FAX: (42) 3621-1090 – CEP 85.015-430 – GUARAPUAVA – PR

Campus CEDETEG: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Fone/FAX: (42) 3629-8100 – CEP 85.040-080 – GUARAPUAVA – PR

Campus de Irati: PR 153 – Km 07 – Riozinho – Cx. Postal, 21 – Fone: (42) 3421-3000 – FAX: (42) 3421-3067 – CEP 84.500-000 – IRATI – PR

AGRADECIMENTOS

Nesses mais de dois anos de estudo, preciso agradecer as pessoas que fizeram parte dessa caminhada. Foram anos de dedicação e muito crescimento pessoal, penso que sem a participação desses atores a conclusão desta tarefa não seria possível.

Primeiro, devo fazer um agradecimento sincero aos meus pais, que desde o início da minha jornada como estudante não mediram esforços para garantir que eu tivesse direito de estudar, que nos anos de faculdade, mesmo que, em algumas vezes, com condições financeiras inadequadas para manter uma filha na universidade sem trabalhar, proveram todas as condições para que eu conquistasse o diploma de ensino superior. Meus pais são meus maiores exemplos de determinação, esforço e dignidade, aquele exemplo tão importante na vida dos jovens, porque por meio de exemplos temos ideais e perspectivas. Sem eles não estaria aqui, concluindo o mestrado.

Outra pessoa fundamental em minha vida é o Arthur, meu namorado, meu companheiro e meu melhor amigo. Ele esteve ao meu lado para me acalmar nos momentos de estresse, que me abraçou em todos os momentos tristes, que teve e tem a maior paciência do mundo comigo.

Preciso agradecer ao meu professor e orientador Emerson Luís Velozo, que acreditou no potencial do meu projeto e me indicou os caminhos, sem os quais não concluiria uma pesquisa de qualidade, que ajudou a esclarecer minhas dúvidas, que às vezes surgiam no final de semana, dias em que conseguia me dedicar à escrita deste trabalho. Obrigada, professor! Cresci muito nesse período de formação.

Quero agradecer duas pessoas importantíssimas, que contribuíram de maneira significativa durante meu exame de qualificação, fizeram riquíssimos apontamentos a partir da leitura cuidadosa de minha pesquisa, Jefferson Olivatto da Silva e Neli Maria Telegisnki, muito obrigada! Os resultados não atingiriam os objetivos sem a participação de vocês.

Não posso deixar de agradecer os (as) professores (as) da minha primeira escola, onde participei pela primeira vez da equipe Multidisciplinar com quem compartilhei momentos decisivos para delimitar os objetivos da minha pesquisa.

Agradeço especialmente as pessoas negras que me ensinaram quem são os verdadeiros e heróis da resistência, me ensinaram o sentido de força, dignidade e luta por condições mais igualitárias num país que violenta e mata todos os dias crianças simplesmente pela cor da sua pele, me ensinaram a importância de ser antirracista numa sociedade que exclui e marginaliza homens e mulheres negros.

Aos meus amigos e amigas, meus colegas e minhas colegas de trabalho com quem convivo diariamente, que contribuem para que eu me torne uma profissional mais preparada, mais humilde e mais sensível frente aos problemas enfrentados pelas escolas públicas.

Agradeço a Deus, a quem recorri nos momentos de decisões e orações, e pela fé, me dava esperança de dias melhores.

Obrigada!

RESUMO

O presente estudo pauta-se na análise das ações desenvolvidas pela Equipe Multidisciplinar constituída na rede estadual de ensino do Paraná, através do departamento da Diversidade - DEDI da Secretaria Estadual de Educação - SEED, bem como na interpretação de diálogos entre os participantes que fizeram parte da equipe no ano de 2018 no Colégio Estadual Santo Antonio. Este colégio está situado no município de Pinhão, região centro-oeste do estado, localizado a 300 km da capital, Curitiba.

As Equipes Multidisciplinares foram instituídas nas escolas e nos Núcleos Regionais no ano de 2006, como o objetivo de promover atividades pedagógicas para valorização da cultura indígena e africana e oferecer formação continuada a professores (as) e agentes educacionais sobre a história e cultura desses povos.

A equipe Multidisciplinar apresenta-se como uma política educacional de estado com a intenção de ressignificar e valorizar a cultura africana e indígena por meio de formação de professores (as), pautada nos preceitos legais que visam uma educação mais plural, tolerante as diferenças e principalmente antirracista.

As ações pedagógicas orientadas pelas equipes multidisciplinares devem contribuir para que os alunos e alunas negros (as) e indígenas vejam de maneira positiva a luta de seus povos, reconhecendo a contribuição que seus antepassados deixaram como resultado para uma nação mais rica e identitária.

Os objetivos desta pesquisa foram: 1) Conhecer quais as ações desenvolvidas pela equipe para valorização da cultura Afro-Brasileira; 2) Entender a importância da atuação da Equipe Multidisciplinar frente as questões Étnico-Raciais no contexto escolar; 3) Compreender como os conceitos de raça e preconceito são abordados pelos membros da equipe e qual o significado destes conceitos em suas narrativas.

Para compreender o processo formativo e os resultados das ações da equipe Multidisciplinar, este estudo norteou-se pela ciência interpretativa de Geertz (1989), na intenção de compreender significados atribuídos pelos participantes no que diz respeito aos conceitos que envolvem cultura, preconceito e diversidade étnico-racial.

A análise dos dados, permitiu identificar que a formação contínua de

professores precisa ser intensificada com ampliação de carga horária de modo a permitir maiores flexões em torno do histórico e implicações sociais que compreendem a diversidade étnico-racial no Brasil, bem como trazer à pauta reflexões sobre a necessidade de posicionamento ético que efetive uma educação antirracista para nossos alunos, alunas e para a sociedade.

Palavras Chaves: Cultura, Diversidade, Equipe Multidisciplinar, Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT

For many centuries Brazil promoted an excluding development, the reinvidications and the social manifestations lead by anti-slavery and indigenous moviments resulted in the homologation of the law 10.639/2003 and later the law 11.645/2008 The first law predicts the obrigation of teaching the Afro-Brazilian History and Culture in the private and public schools of the country, and in every discipline of the curriculum, specially in the areas of Artistic education, History and Literature The law objective is to bring knowledgement to the students, the black fight history, their contribution to the culture and their participation in social, politic and economic dimensions, which impacted directly in Brazil development In March 2008, is published the law number 11.645, which alters the law number 9.394/96 and modifies the law number 10.639, including the teaching the Afro-Brazilian and Indigenous Culture as mandatory in the institutes curriculum, promoting the discussion around the Indigenous Culture. in 2006, the Parana State Council of Education CEE approves the Deliberation of number 04, that institutes complementary norms to the National Curricular Guidelines for the education of the Racial Ethnic Relations. The same year, through the Education of the State Secretary (SEED) and Education Superintendence (SUED), it was approved the Instruction number 017/2006, which instructs about the teaching of the Racial Ethnic Relations and the History of Afro-Brazilian Culture in establishments of public education of Parana state. In 2010 it was published the Resolution number 3.399/2010, which regulates the composition and working of the Multidisciplinary Teams in the state teaching establishments, Regional Centers and associated institutes. This study is based on the consideration of this legislations and the multidisciplinary team effectivation, with the intention of interpret how this educational practices are understood in the school context. Initially through the analysis of theoretic referential related to the thematic, legislation, deliberations and orientations. In a second moment it is going to be described the results of the field research, composed by participant observation, field diary, questionnaires and interviews, carried out together with the members who took part in the Multidisciplinary Team in the 2018 year in the Santo Antonio State School. The objectives of this research were: 1) To know which actions developed by the team to appreciation of the Afro-Brazilian and Indigenous Culture; 2) To understand the importance of the Multidisciplinary Team actuation against the Racial Ethnic questions in the school context; 3) To comprehend how the concept of the culture and black identity is approached by the members of the team and what is the meaning of this concepts assigned for them in their narratives. The school has a fundamental roll in the cultural formation, the Multidisciplinary team contributes to the envolviment of the educational agents in the discussions around the ethnic-racial questions in this context The relevance of this study is characterized by the necessity of undestand this teams as a discussion space and knowledge production, enabling the reader to identify his acting as a fundamental part in the cultural production inside the school community.

Keywords: Culture, Diversity Ethnic-Racial Relations, Multidisciplinary Teamns

LISTA DE IMAGENS

- Figura I:** Bonecas Abayomi confeccionadas por alunos do 8º ano.....51
- Figura II:** Grupo de Capoeira em apresentação no Colégio.....52

LISTA DE ABREVIATURAS

CEE – Conselho Estadual de Educação

CFC – Formação Continuada

CNE – Conselho Nacional de Educação

DEDI – Departamento da Diversidade

EM – Equipe Multidisciplinar

LEDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NRE – Núcleo Regional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SICAPE – Sistema de Capacitação dos Profissionais da Educação

SUED – Superintendência da Educação

LISTA DE QUADROS

QUADRO I: Legislações de esfera nacional e estadual que definem direitos, deveres e orientações sobre o respeito e a valorização dos povos negros.....	19
QUADRO II: Organização da etapa presencial de formação das Equipes Multidisciplinares 2018	42
QUADRO III: Organização da etapa EAD de formação das Equipes Multidisciplinares ano 2018	43
QUADRO IV: Perfil dos participantes que responderam o questionário.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Taxa de escolarização entre negros e brancos.....	50
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
2. OLHARES SOBRE O CAMPO DE ESTUDO: ALGUNS CONCEITOS ACERCA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	25
1.2. Movimento negro brasileiro: História de luta e resistência.....	27
3. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SUA REPRESENTAÇÃO NA REDE DE ENSINO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	37
4. APROXIMAÇÃO COM O CAMPO PESQUISADO	44
4.1. O contato com o grupo.....	45
4.2. Atuação da Equipe Multidisciplinar no Colégio Santo Antonio	47
4.3. O diálogo sobre as questões étnico-raciais e a participação da Equipe nesse contexto.....	54
5. O CONCEITO DE RAÇA E PRECONCEITO RACIAL A PARTIR DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS	63
5.1. O preconceito silenciado.....	67
5.2. Ações para valorização da cultura afro-brasileira e africana no contexto escola	69
5.3. Formação de professores por meio da Equipe Multidisciplinar.....	75
6. CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE I	87
APÊNDICE II	88

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata das ações desenvolvidas a partir das reuniões da Equipe Multidisciplinar no Colégio Estadual Santo Antonio, localizado em Pinhão no ano de 2018, relativas as questões étnico-raciais das populações negras. Este colégio compõe a rede pública de colégios estaduais do Paraná, está situado na cidade de Pinhão, a 310 km da capital, Curitiba, possui uma equipe de professores, funcionários e pedagogos eleita para discutir anualmente ações a serem desenvolvidas, com o propósito de reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial na comunidade a qual o colégio atende, por meio de atividades pedagógicas que contemplem esta temática.

Gostaria de iniciar este texto informando ao leitor o motivo pelo qual escolhi estudar os reflexos da Lei Nº 10.639/2003 e Lei Nº 11. 645/2008 dentro do contexto escolar, especialmente na escola em que atuava. No último ano de graduação, em 2007, tive contato com a Lei, homologada em 2003, que tem como objetivo, alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e incluir no currículo das escolas públicas e particulares, de ensino fundamental e médio, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Durante o ano de 2016, ao cursar uma disciplina no Programa de Pós-graduação em Educação – Nível mestrado, intitulada Colonização e descolonização-crítica da pedagogia crítica, tive contato com uma vasta literatura que tratava da história do processo de colonização na América e suas consequências para os países colonizados. O rentável comércio de escravos, especialmente no Brasil, acarretou diversas mudanças no cenário econômico dos países europeus, exigindo maior quantidade de mão de obra e matéria prima. Em busca da exploração do solo e de riquezas naturais dos territórios colonizados, o transporte de escravos se tornou um lucrativo negócio para enriquecer vertiginosamente suas metrópoles (GALEANO, 1970).

Os escravos, considerados seres inferiores em decorrência da cor de sua pele, eram trazidos ao Brasil para trabalhar intensas horas durante o dia na exploração das riquezas do solo. Sem qualquer direito ou dignidade humana, muitos deles morreram antes mesmo de atracar em solo americano, outros morreram em decorrência de doenças ou maus tratos resultado das situações precárias de

sobrevivência.

O transporte de escravos para as Américas consumiu cerca de 40 milhões de negros que foram arrancados de suas terras e transportados ao continente (REIS; GOMES; 2012). Esse processo configurou-se como um dos maiores empreendimentos comerciais e culturais que marcou o mundo moderno.

Para o Brasil estima-se que foram conduzidos cerca de 40 por cento dos escravos para, além dos índios, constituir a mão de obra em prol do “desenvolvimento” local e enriquecimento econômico europeu. Esse cenário configurou-se por 300 anos de escravidão (REIS; GOMES; 2012).

Todo esse processo de colonização e a escravidão interferiu em vários aspectos da vida do Brasil colonizado. Movimentou a economia e incluiu na cultura material e espiritual dos moradores os hábitos e costumes, entre eles a agricultura, culinária, religião, música e dança. Ao conhecer um pouco mais sobre o processo de formação do povo brasileiro e suas bases africanas é que surgiu o interesse por entender como a população, especialmente a comunidade escolar, trabalha esse tema tão importante; compreender como a lei – resultado de inúmeras mobilizações, há vários anos, as quais deixaram e deixam marcas importantes na nossa história – está sendo tratada na escola, cenário desta pesquisa. História de um povo discriminado, inferiorizado, perseguido, e privado de sua liberdade, fatos que refletem ainda nos dias de hoje por meio do preconceito que exclui e marginaliza a população negra em nosso país, e que mesmo após a abolição da escravidão, presencia uma forte desigualdade social.

A partir disso, iniciei a reflexão sobre os lugares que são, em sua maioria, frequentados por pessoas brancas: os restaurantes, a universidade, os shoppings. Durante minha graduação um único professor era negro. Entre meus colegas de trabalho, um único professor era negro. Na minha turma de faculdade e pós-graduação existiam um ou dois alunos negros. A população negra está à margem e isso é fato.

A falta de políticas de valorização social caracteriza nossa sociedade como excludente onde a participação do negro, ainda se faz de maneira muito tímida. A história da educação nos permite perceber que não somos um povo formado pedagogicamente para pensar o negro além da escravidão, nem mesmo levados a reconhecer a importância da influência desse povo para formação de nossa cultura

(DANTAS; MATTOS; ABREU; 2012). Essa história de luta e resistência deve ser tratada nas salas de aula a partir da Lei Federal N° 10.639 publicada em 2003.

Diante disso, meu interesse girava em torno de quais eram os caminhos escolhidos pela escola, por meio da ação dos professores, para abordar essa questão num espaço de construção do conhecimento. Como professora, graduada no curso de pedagogia pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, no ano de 2007, senti interesse em conhecer e entender um pouco mais sobre as políticas voltadas a esta questão.

No ano de 2012 iniciei minha carreira como coordenadora pedagógica na rede estadual de ensino do Paraná, em um colégio situado na cidade de Pinhão. Nessa escola havia encontros regulares de uma Equipe Multidisciplinar formada por diferentes profissionais, sendo eles: pedagogos; agentes educacionais; um representante das instâncias colegiadas; um professor da área de ciências humanas; um professor da área de ciências exatas; e um professor da área de ciências biológicas. Essa equipe se reunia exclusivamente para discutir os desdobramentos e ações da Lei 10.639 e 11.645 no âmbito escolar. Os encontros eram destinados a estudos sobre o tema, planejamento de ações pedagógicas e preparação de material para orientação aos demais professores.

O número de profissionais a compor esta equipe variava de acordo com o número de alunos matriculados na escola, classificando-a como de porte 1 a 11, em que 1 corresponde ao menor número de alunos e 11 maior número. Quanto mais alunos a escola matriculasse, maior era o número dos membros da equipe.

As equipes foram implantadas nas escolas estaduais do Paraná, em decorrência da aplicação de leis de âmbito nacional, com o objetivo de gerar discussões e conhecimentos sobre as relações étnico-raciais nos diversos contextos e, principalmente, no ambiente escolar, bem como, seu reconhecimento e sua valorização. No quadro a seguir apresentamos esse conjunto de leis.

QUADRO I: Legislações de esfera nacional e estadual que definem direitos, deveres e orientações sobre o respeito e a valorização dos povos negros:

Legislações de âmbito nacional estabelecidas pela necessidade de discussão sobre o tema

- Constituição Federal, em seus artigos 5º, o qual garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção; Art. 210 que institui a fixação de conteúdos mínimos para o ensino Fundamental, assegurando formação e respeito aos valores culturais; Art. 242 que institui sobre o Ensino de História do Brasil o qual deverá levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para formação do povo brasileiro; Art. 215 que garante a todos o exercício dos direitos culturais e acesso a fontes da cultura nacional; Art. 216 que institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura. (Brasil; 1988).
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9.394/1996, por meio do artigo 26, parágrafo 4º, o qual descreve sobre o conteúdo de História do Brasil que deverá contemplar a contribuição das diversas culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (Brasil; 1996).
- Resolução 01/2004 de 19 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais.
- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Lei Nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que constitui o Estatuto da Igualdade Racial.

Legislações de âmbito Estadual

- Deliberação 04/06, do Conselho Estadual de Educação, que envolve as Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Instrução 017/2006 da Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação-SUED, que determina que a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é de caráter obrigatório em todos os níveis e modalidades da rede pública estadual de ensino de educação básica.
- Resolução Nº 3.399/2010 e a instrução 010/2010 de 05/08/2010, que diz respeito às Equipes Multidisciplinares e a sua composição.
- Cadernos Temáticos – 20 Educando para as Relações Étnico-Raciais, Governo do Paraná/SEED, (2006). História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Governo do Paraná/SEED, (2005). Educando para as Relações Étnico-Raciais II, Governo do Paraná/SEED; (2007).
- Orientação nº 002/2010, que diz respeito à orientação da composição das equipes nos estabelecimentos de ensino na rede estadual de educação e nos Núcleos Regionais de ensino do estado do Paraná.

Diante da legislação e das políticas públicas de valorização étnico-racial, o estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação e Departamento de Diversidade estabelece a criação de Equipes Multidisciplinares que tem como objetivo discutir as questões raciais e elaborar planos de ação com a finalidade de desenvolver atividades pedagógicas voltadas a valorização da cultura Afro-brasileira e Africana na escola.

Ao me tornar membro da equipe a partir do ano de 2015 foi possível perceber a dificuldade que os profissionais encontravam em realizar e articular ações de maneira interdisciplinar que abordassem a questão. Na maioria das vezes essas questões eram planejadas de maneira fragmentada e pontual, em que cada professor trabalhava o tema fazendo relação com os conteúdos de sua disciplina, em dias preestabelecidos, sem muito diálogo com as outras áreas do saber.

As respostas analisadas apontaram a necessidade de aprimoramento dessa formação, que é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação. Em princípio, a equipe se apresenta, segundo as narrativas, como um instrumento de garantia de progressão salarial, mas assegura o envolvimento dos participantes ao passo que eles tomam conhecimento da ementa do curso. Ações voltadas à promoção da valorização da cultura afro-brasileira e africana foram identificadas, bem como atos antirracistas promovidos dentro e fora da escola. Para os participantes, a formação continuada por meio da equipe Multidisciplinar ocupa um importante papel no cenário educacional paranaense, pois assegura o espaço de diálogo e discussão tão necessário para uma sociedade que deve reconhecer a diversidade e respeitá-la como ela se apresenta.

A Equipe Multidisciplinar possui o desafio de transpor o preconceito racial e ofertar uma formação de professores e agentes educacionais para que estes estejam habilitados a promover espaços de diálogo sobre o racismo dentro e fora da sala de aula. Para tanto, o estudo desenvolvido usou como fonte a teoria interpretativa de Geertz (1989), e a partir de questionários e entrevistas, buscou responder as questões relacionadas à atuação da equipe, sua importância, e os conceitos de raça e preconceito racial descritos pelos membros em suas narrativas.

Neste sentido, a partir dessas considerações, este estudo será dividido em cinco capítulos: o primeiro abordará a história de resistência do movimento negro brasileiro frente ao cenário político que se configurou no início da escravidão, na sua

abolição e pós-abolição; o segundo descreve especificamente sobre a composição e a organização das Equipes Multidisciplinares nas escolas da rede pública do Paraná, Núcleos Regionais e Escolas Conveniadas criadas por meio da Deliberação N°04/2006 e da Resolução N° 3.399/2010; o terceiro trata dos aspectos metodológicos pautados na ciência interpretativa definida por Geertz, que busca explicar a realidade a partir de significados atribuídos pelos atores pesquisados diante do objeto estudado; o quarto capítulo aborda aspectos importantes sobre a atuação da equipe durante as reuniões realizadas no colégio bem como as ações desenvolvidas fora dos espaços de discussão instigadas por ela; o quinto capítulo reflete sobre os conceitos de raça e preconceito racial a partir dos relatos dos entrevistados e a importância da formação continuada promovida pela Equipe Multidisciplinar; e por fim, a conclusão dos aspectos identificados sobre as questões étnico-raciais no contexto escolar considerando a desenvolvimento da pesquisa.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foram realizadas análises de literatura de autores que abordam o conceito de história, identidade negra, inclusão social e formação humana, entre eles Ronald D. Glass (2012); Kabengele Munanga (2012), Florestan Fernandes (1978), Lilia Schwarcz (2012). Com a finalidade de entender os propósitos de formação dos agentes educacionais, professores e funcionários, foram analisados os materiais didáticos destinados a formação das Equipes Multidisciplinares disponíveis no portal Dia a dia educação do estado do Paraná.

Para explicar os significados referente aos aspectos da cultura negra, atribuídos pelos participantes, este estudo pauta-se na teoria interpretativa considerando o entendimento de Geertz (1989) sobre o conceito de cultura, em que o homem está imerso a uma teia de significados, o estudo etnográfico está em busca de uma explicação semiótica da realidade estudada,

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significados (GEERTZ, 1989, p. 4).

No campo de estudo, para entender como a Equipe Multidisciplinar atuou nesse contexto, utilizei a observação participante durante os encontros que aconteceram na escola no turno da noite, com duração aproximada de quatro horas cada, totalizando 28 horas na etapa presencial. Esses momentos eram destinados ao estudo do material disponível no portal Dia a Dia Educação e elaborados especificamente para as equipes, por meio de rodas de conversa sobre a temática. Além da Observação Participante, também foram utilizados Questionários e Entrevistas Estruturadas e Semiestruturadas como recursos para chegar a uma visão mais próxima da realidade, o que não seria possível apenas com análise documental ou apenas por meio da observação participante. No entanto, estes pressupostos do método por si só não são suficientes, mas indispensáveis para se chegar a uma descrição densa da pesquisa.

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o

que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 4. Grifo do autor).

Os princípios metodológicos utilizados, advêm de uma análise antropológica, tendo como alvo a interpretação coletada a partir das entrevistas e análise de campo.

O comportamento do ser humano compõe expressões importantes que imprimem sua concepção de mundo e sua interpretação da realidade na qual está inserido, para tanto:

Através da observação participante, os atos do olhar e de ouvir do pesquisador, buscam interpretar ou compreender a sociedade e a cultura do outro “de dentro”, em sua interioridade, estando imerso no contexto. Ao tentar penetrar em formas de vida que lhes são estranhas, a vivência que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato da elaboração do texto, com riqueza de detalhes (OLIVEIRA, 2006, p. 32).

Durante a observação participante, nos meses entre maio e novembro de 2018, nos seis encontros presenciais, tive a oportunidade de obter respostas que não obteria em um questionário ou entrevista, pois a participação cotidiana junto aos agentes pesquisados ofereceu informações relevantes ao tema, tais como: manifestações favoráveis ou contrárias a um assunto; expressões faciais diante de um discurso, participação de alunos nos encontros. Contribuições que foram além da pauta definida em um primeiro momento, sem roteiro preestabelecido.

Os questionários tiveram 13 perguntas (em apêndice), incluindo questões pessoais, tais como: nome, idade e escolaridade e questões relacionadas a Equipe Multidisciplinar e foi aplicado aos 18 participantes. Este instrumento permite que o pesquisado se sinta mais à vontade para expressar sua opinião diante da pergunta, o que pode não ser possível, durante uma entrevista ou durante a observação participante. “Os pesquisados se sentem mais livres para exprimir opiniões que temem ser desaprovadas ou que poderiam colocá-los em dificuldades”

(GOLDENBERG, 2004).

As entrevistas contemplaram 7 perguntas relacionadas ao contexto de trabalho e a participação na Equipe Multidisciplinar. Elas revelaram dados importantes, como a manifestação de emoções, uma maior aproximação entre pesquisadora e pesquisados (as). As pessoas em geral têm mais paciência para falar, responder perguntas orais do que escrever, sendo possível, com este instrumento, obter respostas qualitativas, com maior profundidade (GOLDENBERG, 2004).

Os questionários (Apêndice I) foram aplicados às 18 pessoas que fizeram parte da equipe no ano de 2018 e as entrevistas (Apêndice II) à 7 membros que os responderam. Esses 7 membros foram os escolhidos por serem os únicos a responder os questionários. O contato com os entrevistados foi feito via e-mail e telefone. As entrevistas ocorreram no colégio e tiveram duração de aproximadamente uma hora cada, as quais foram posteriormente transcritas e analisadas.

Para garantir os preceitos éticos da pesquisa, os entrevistados foram convidados e informados sobre os procedimentos, os seus nomes foram preservados para garantir sua privacidade.

Dos professores entrevistados, um deles é da área de biológicas, uma professora da área de exatas e a coordenadora da equipe que é pedagoga. Estes participantes serão identificados como A, B, C, D, E e F.

Os resultados das entrevistas apresentaram respostas heterogêneas, algumas delas com mais e outras com menos elementos significativos para a pesquisa em suas narrativas. Em síntese, os professores apresentaram maiores informações que contribuíram para subsidiar significativamente este trabalho.

Estes são os métodos que mais se aproximam do objetivo deste estudo, pois “compreender valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significado (GOLDENBERG; 2004). Ao imergir nesse cenário, como representante da Equipe Pedagógica do colégio e membro da Equipe Multidisciplinar, consegui identificar manifestações importantes ligadas aos meus objetivos, as quais discutirei no decorrer deste estudo.

2. OLHARES SOBRE O CAMPO DE ESTUDO: ALGUNS CONCEITOS ACERCA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

No estado do Paraná, a Equipe Multidisciplinar nas escolas da rede estadual, foi organizada a partir da Instrução Nº 17/2006, a qual definia a criação de Equipes em todos os Núcleos Regionais de Educação e em todas as escolas da Rede para realizar formação continuada a professores (as) e estabelecer ações e práticas educativas sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino da Rede.

A discussão sobre a cultura africana é de fundamental importância para os currículos escolares, pois faz parte de nossa história, de nossa cultura. “Nos gestos, nos cultos, na expressão linguística, na música, no jeito de ser e de viver do brasileiro encontramos a forte presença negra, mesmo que nem todos os brasileiros a reconheçam enquanto tal” (GOMES, MUNANGA, 2006, p. 139).

Considero importante a discussão de alguns conceitos que foram constituindo-se ao longo do tempo para legitimar ações racistas e que mesmo com várias discussões para desconstrução de ações discriminatórias, práticas racistas ainda são muito presentes em nossos dias. Ainda é muito comum a utilização do termo raça quando a intenção é se referir às pessoas negras, relacionando-as apenas às características biológicas. Nesse sentido ignora-se toda a construção social e histórica que configura essa questão. Segundo Munanga e Gomes:

Dependendo da maneira como é utilizado, o conceito raça pode ter uma conotação própria do campo das ciências naturais. Nesse campo, trata-se de um conceito utilizado para definir classes de animais que têm origem em um tronco comum, com características e potencialidades físicas específicas relativas a cada raça. Durante a II Guerra Mundial (1939-1945) o Nazismo lançou mão da aplicação deste conceito para, com um sentido biológico justificar a suposta supremacia dos brancos e arianos (considerada pelos nazistas como uma raça pura e branca) sobre outros grupos, promovendo a segregação, a dominação e a morte de milhões de pessoas. Já o Movimento Negro e vários estudiosos, atualmente, quando usam o termo “raça”, não o fazem alicerçados na ideologia nazista. Ao contrário, eles rejeitam a ideia de que existam raças superiores e inferiores. Os grupos políticos lançam mão do conceito, dando-lhe outro significado, relacionado ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição, das origens ancestrais e identidades

próprias de cada um deles. Esse uso tem um sentido social e políticos, que diz respeito à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação social (GOMES, MUNANGA, 2006, p. 175).

No dia 1º de março de 2019, o Jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria que dizia respeito a uma sentença proferida por uma Juíza da 5ª Vara Criminal de Campinas (SP), na qual, a juíza Lissandra Reis Ceccon afirma que um réu “não possui o estereótipo padrão de bandido, possui pele, olhos e cabelos claros” (FRANK, 2019). Atitudes como essas precisam ser levadas à discussão, diante de práticas de racismo que ainda insistem em utilizar características físicas para justificar atos ilícitos.

Em relação às características construídas ao longo da história por um determinado grupo, alguns pesquisadores utilizam o termo “étnico-racial” com a intenção de se referir às populações negras ou indígenas, que possuem suas características físicas, culturais e sociais próprias, construídas ao longo do tempo que configuram modos de viver que lhe são peculiares. Muitas vezes mal interpretadas e não reconhecidas pela população branca, ocasionando o imaginário de hegemonia da identidade branca sobre a negra.

O termo *racismo* pode ser definido como qualquer manifestação discriminatória de um indivíduo frente a outro, em decorrência de sua cor, gênero, condição social ou cultural. São ataques verbais, agressões físicas e até assassinatos, por intolerância e desrespeito ao que lhe é diferente. Práticas como essas são consideradas crimes perante a legislação (Lei 7.716, de 1989). No entanto, é comum formas de preconceitos veladas que colocam principalmente populações negras e indígenas em situação de disparidade, como a divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo citada acima.

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato do olho, etc. Ele é o resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão do negro e a discriminação social (GOMES, MUNANGA, 2006, p. 179).

Definir estes conceitos é importante para compreender as conjunturas que definem nossas ações em nosso dia a dia frente a questão da diversidade, principalmente no contexto escolar, onde desenvolvi a pesquisa.

Para tratar deste tema, não podemos deixar de considerar as consequências decorrentes do processo de colonização que se deu a partir do século XVI, haja vista, que este foi o passo inicial rumo ao intenso processo de exploração da terra por meio do trabalho escravo. O processo de colonização da América e os interesses econômicos dos países europeus, foram os maiores responsáveis pelas transformações do modo de vida dos povos originários brasileiros e dos negros escravizados. Junto a esse processo, outras transformações tiveram início, levando o continente a uma nova configuração.

As reivindicações e mobilizações iniciadas a partir do século XVIII e intensificadas no século XIX, deram origem a uma série de políticas voltadas a valorização desses povos, que foram efetivadas no século seguinte.

2.1. MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO: HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

A exploração das riquezas naturais no Brasil, tais como ouro, prata e posteriormente, com grande intensidade, o Pau-brasil, movimentaram fortemente o comércio estrangeiro e deram origem a uma nova organização política de exploração dos bens naturais e dos recursos humanos, colocando povos africanos e indígenas em situação de inferioridade, exploração discriminação e genocídio frente a cultura do homem branco, fazendo prevalecer a dominação de um sobre o outro, motivo de grande resistência dos povos dominados que, portanto, chegou a ser dizimado em grande quantidade, como descreverei nos próximos parágrafos.

Esta política de expropriação efetivada por Portugal vai ser explicitada nas muitas políticas implantadas o longo da história brasileira. E isso vai passar por diversas abordagens, inclusive pelo fato de considerar os nativos brasileiros como seres desprovidos de qualquer conhecimento, qualquer crença e qualquer estrutura organizacional, o que “autoriza” a adoção de medidas escravistas ou exterminacionista (MUNDUKURU, 2012, p. 24).

Diante disso, minha pesquisa procura refletir sobre os processos

discriminatórios que se intensificaram ao longo dos séculos e de que forma eles vêm sendo tratados no contexto escolar em nossos dias.

O Brasil foi por muito tempo, e ainda é, cenário de forte segregação social. Foi o último país das Américas a abolir oficialmente a escravidão em maio de 1988, iniciando um intenso processo de exploração, em prol dos interesses econômicos que deixam marcas históricas visíveis ainda hoje. Esse processo foi também responsável pela morte de milhares de índios e africanos, resultado das condições de trabalho e de exploração a que eram submetidos.

A escravidão de africanos nas Américas consumiu cerca de 15 milhões ou mais de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. A participação do Brasil nessa trágica aventura foi enorme. Para o Brasil, estima-se que vieram perto de 40 % dos escravos africanos. Aqui, não obstante o uso intensivo da mão de obra cativa indígena, foram os africanos e seus descendentes que constituíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de escravidão (GOMES, REIS, 2012, p.9).

Frente a essa condição, inúmeras foram as maneiras de resistir por parte da população escravizada, contrária a condição desumana a que eram submetidos. A população negra sempre lutou para conquistar seus direitos e principalmente sua liberdade. A formação de quilombos foi uma das formas mais marcantes no que diz respeito à resistência dos negros para criar meios de sobreviver longe do sistema que os aprisionava, como retrata Gomes e Reis:

Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Aqui também a lista é longa e conhecida. Houve, no entanto um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão-e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos. A fuga nem sempre levava a formação desses grupos, é importante lembrar. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres. Nesses casos, o destino podia ser cidades, onde não se estranhava a circulação de homens e mulheres de vários matizes raciais, que vieram a formar setores consideráveis, em muitas regiões até majoritários, da população livre (GOMES, REIS, 2012, p.9).

São trezentos anos que deixam vestígios de discriminação, exclusão social, intolerância e incompreensão que insistem em se fazer presentes em atitudes de preconceito frente a indígenas e negros. Com esse cenário, muitos movimentos foram constituindo-se ao longo do tempo com o propósito de reivindicar condições mais humanas a essas pessoas.

As manifestações contrárias a esse sistema de explorações foram iniciadas por organizações religiosas. Os eventos ocorridos no mundo, tais como a expansão dos movimentos antiescravistas decorrentes no final do século XVII, as revoltas dos escravos no Caribe; a pressão da Inglaterra pelo fim do comércio de escravos, dão início a uma série de discussões em torno do modelo escravista que resulta em forte impacto no modelo econômico brasileiro, desagradando, principalmente, proprietários de terras que mantiveram ilicitamente o comércio de escravos a fim de conservar seus modos de produção diante do sistema até então imposto (FONSECA, SILVA, FERNANDES, 2011).

Vale lembrar que este interesse em superar o sistema escravista, no qual o Brasil sofreu forte pressão internacional, especialmente por parte da Inglaterra, resulta de uma transformação da visão mercadológica, em que o comércio de escravos já não era mais lucrativo, sendo posteriormente substituídos por mão de obra europeia. As críticas ao sistema escravista se intensificaram ao longo do tempo dando origem a vários movimentos em prol da liberdade dos escravos.

Esses movimentos, segundo Domingues (2005), tiveram início nos Estados Unidos, chegando posteriormente à Europa, África e mais tarde ao Brasil, onde foi fundamental para demonstrar luta e resistência em prol de direitos por parte dos marginalizados.

Ainda nos Estados Unidos, o Pan-africanismo surgiu como uma ideologia, a qual acreditava que a união dos países em busca por conquista do seu espaço era de fundamental importância, a partir deste ponto, os movimentos se intensificaram, (NASCIMENTO, 1980). Outro marco relevante, foi a realização de um evento formal político por meio de uma conferência em Londres, o mesmo incentivou e proporcionou a aproximação das nações e a união dos movimentos entre africanos colonizados e negros norte-americanos.

Antes mesmo da Lei Áurea com data do ano de 1888, outras leis impulsionaram as reivindicações e foram fundamentais para o desenlace em prol de

condições de vida mais humana para aquela população. São elas: a Lei do Ventre Livre, de 1871, que tornava livre toda criança que nascesse em berço escravo; Lei Cotegipe, aprovada em 28 de setembro de 1885, que tornava livre todo escravo com mais de 60 anos, o que era duvidoso, tendo em vista as condições a que os escravos eram submetidos a intenso castigo físico e péssimas condições de trabalho que, não lhes permitiam muitas vezes usufruir deste direito pois morriam antes mesmo de atingir essa idade. Após a abolição, duas outras leis são aprovadas, todas elas por meio de reivindicações, lutas e insatisfação dos movimentos abolicionistas que pressionavam as autoridades: a Lei Afonso Arinos, aprovada pelo congresso em 03 de julho de 1951, onde descreve punição frente aos atos de discriminação em locais públicos e comerciais; a Lei do Caó, sancionada em 5 de janeiro de 1989, que tornou crime e prevê punições aos atos de discriminação frente a cor ou a raça.

Os movimentos abolicionistas ampliaram-se na década de 1880, momento este em que diversos setores sociais, entre eles, parlamentares, intelectuais, jornalistas, militares, entre outros, organizam-se para intervir pela emancipação dos escravos, este caracteriza-se como um grande passo ao combate as formas de preconceito e a conquista de direitos humanos, dando origem ao Movimento Abolicionista.

O chamado “movimento abolicionista” consolidou-se predominantemente nas cidades, a partir da década de 1880, quando pessoas de diversas camadas sociais começaram a defender publicamente a emancipação dos escravos ou a abolição imediata da escravidão. O abolicionismo no Brasil reuniu adeptos de variadas origens, condições e posições políticas, como parlamentares, intelectuais, jornalistas, profissionais liberais, setores médicos, militares, trabalhadores pobres, imigrantes, ex-escravos e escravos (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p. 79).

Esses movimentos se originaram em várias cidades do país, e exerceram papel fundamental no processo de justiça por liberdade ganhando gradativamente uma maior proporção:

Promoviam festas para arrecadar dinheiro e financiar as alforrias, angariavam fundos para a educação de crianças libertas, promoviam reuniões, conferências, comícios e meetings, mobilizando muitas pessoas nas ruas das cidades brasileiras (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p. 80).

No entanto, isso não foi suficiente para superar a realidade de exploração imposta a esses povos, haja vista que muitos direitos ainda permaneciam negados, colocando-os a margem da participação da vida cotidiana na sociedade. Com a lei que os abolia do sistema escravo, foram empurrados das senzalas a péssimas condições de miséria e pobreza, sem acesso à moradia, trabalho, educação e conseqüentemente a sobrevivência. Libertos, mas sem o direito de frequentar lugares públicos, foram reprimidos pela segurança imposta para impedi-los, e posteriormente sem trabalho em decorrência da substituição da mão de obra escrava pela mão de obra europeia; desvantagem decorrente da ausência de políticas públicas de inclusão, urgentes para a época.

Os negros brasileiros muitas vezes não podiam frequentar bares, hotéis, clubes, e salões de baile. Também enfrentavam restrições no acesso a instituições educacionais públicas e privadas, entraves para assumir cargos públicos, além de intimidação e violência policial, estando expostos a formas de tratamento racialmente desiguais, como se a escravidão ainda existisse (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p. 88).

Com a abolição, os castigos físicos foram proibidos, no entanto em 1889, o marechal Deodoro da Fonseca autorizou novamente a punição àqueles que demonstravam resistência ao trabalho, este fato demonstra que muito ainda teria que ser feito para a conquista da real liberdade. Em 22 de novembro de 1910, negros marujos se reuniram reivindicando o fim desses castigos na Marinha do Brasil, muitos foram os mortos em cinco dias de revolta. Com a intenção de pôr fim à luta, o governo decretou o afastamento e a prisão dos marinheiros envolvidos. A reivindicação foi atendida, e esse fato é conhecido como a Revolta das Chibatas, e marca o fim dos severos castigos a que eram submetidos.

O Período Republicano marca um novo capítulo na história de luta do negro no Brasil. Surge neste período o que alguns autores chamam de Movimento Negro Contemporâneo, o qual tinha como principal objetivo a luta contra o racismo e reivindicação por melhores condições de vida, estes temas incluíam debates em torno da saúde, educação e implantação de políticas voltadas a estas áreas entre outras (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p. 99).

Dantas, Mattos e Abreu descrevem três fases marcantes na história dos movimentos sociais em prol da igualdade e da inclusão da população negra no

Brasil: a primeira iniciada no início do século XX até o golpe do Estado Novo, em 1937; a segunda fase foi marcada pelo período que vai do processo de redemocratização, em meados dos anos 1940, até o golpe militar de 1964; e a terceira fase compreendida após o início do processo de abertura política, em 1974 (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p. 103). No período da ditadura militar é que surge o chamado Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Organizado em 1978 no estado de São Paulo, este movimento teve em seu cerne o objetivo de superar o mito da democracia racial e trabalhar em prol da construção de uma identidade negra no país, e uma nova sociedade com uma real inclusão. Vale lembrar que o mesmo foi fortemente reprimido neste período pelas forças militares (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p.104).

O Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, em São Paulo, mas que contou com a participação de lideranças de vários estados, foi um marco fundamental na consolidação do movimento negro contemporâneo. Além dos propósitos da luta já citados, o Movimento levantava a bandeira pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil. (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p.105)

Esse movimento resultou em um importante passo marcado pela resistência da população negra, rumo aos direitos que lhe foram negados, fortalecendo suas reivindicações e ocupando espaços cada vez mais importantes na sociedade brasileira. Como resultado dessas ações, considero relevante citar:

Grupo de Palmares, fundado por Oliveira Silveira (1941-2009) em Porto Alegre, em 1971. Este grupo teve como primeiro e principal objetivo propor que o dia da morte de Zumbi de Palmares (em 20 de novembro de 1695) fosse comemorado pela população negra em substituição ao 13 de maio, dia da abolição da escravidão. Essa proposta englobava uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras. A ideia era, propositalmente, recusar a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos, alcançando os negros ao papel de personagens principais por meio do uso da imagem de Zumbi, o grande herói negro. Desde a década de 1970, o 13 de maio passou então a ser considerado pelo movimento negro um dia nacional de denúncia de racismo e discriminação em nossa sociedade. Durante a segunda Assembleia Nacional do MN, realizada no dia 4 de novembro de 1977, em Salvador, foi estabelecido que o dia 20 de novembro fosse o Dia Nacional da Consciência Negra (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p.106).

No entanto, a reparação dos danos, o reconhecimento à diversidade cultural,

a superação da ideia de democracia racial e a definição dos direitos foi além, bem como a marca na memória de um período de tortura e discriminação que jamais poderá ser esquecido. A década de 1950 é mais um momento marcado por avanços nas discussões em que se começam a desenhar as primeiras políticas de enfrentamento ao preconceito, à discriminação, ao racismo, bem como a valorização das tradições tanto, dos povos indígenas quanto dos negros.

As discussões se intensificaram. Em 1951 é sancionada a Lei Afonso Arinos, como já descrito acima, que torna crime toda forma de preconceito, e 1988 é o momento de grande impacto com a aprovação da Constituição Federal que passou a definir a garantia de igualdade e da valorização da diversidade étnica e cultural em nosso país, garantindo direitos de igualdade e respeito à diversidade.

Em 1951, foi sancionada a Lei Afonso Arinos (Lei nº1.390) que tornou o preconceito racial contravenção penal. Em 1985, a lei foi ampliada, incluindo entre as contravenções penais, não só a discriminação baseada na raça/cor, mas no sexo ou no estado civil. Dos anos 1990 para cá, houve um significativo aumento de discussões sobre ações afirmativas e direitos de reparação para as populações afrodescendentes no Brasil, assim como a intervenção de políticas de Estado na questão. Mas, sem dúvida, seus fundamentos repousam na Constituição Federal de 1988, quando ficou clara a necessidade de implementação de medidas capazes de promover, de fato e como requisito da democracia, a igualdade sancionada pela lei e a valorização da diversidade étnica e cultural brasileira (DANTAS, MATTOS, ABREU, 2012, p. 108).

Como forma de reconhecer a herança cultural herdada dos descendentes africanos e indígenas e de obedecer o estabelecido na legislação por meio da Constituição Federal, as políticas educacionais priorizaram a inclusão, nos currículos escolares, da obrigatoriedade de discutir a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, de modo a levar ao conhecimento dos alunos o histórico de luta e resistência que configurou o cenário brasileiro nesses 300 anos de escravidão e que deixou marcas profundas de exclusão e violência, como nos mostra os altos índices de desemprego, miséria e falta de oportunidades das quais a população negra é a mais afetada.

No ano de 1996 são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais em resposta a Constituição Federal de 1988, que tem como objetivo orientar a prática pedagógica dos professores (as) nas redes de ensino básico no que diz respeito a

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, reconhecendo seu valor, e respeitando a diversidade étnica que configura a formação do povo brasileiro. Esta política indica o reconhecimento à pluralidade cultural há tanto tempo reivindicada pelos movimentos sociais.

Desta forma, reconhece, admite a diversidade como parte da identidade nacional, como marca da vida social brasileira. Diversidade, no entanto, ainda tratada como diferenças étnico-raciais que se realizam em convivência harmoniosa, mesmo diante de inúmeras provas em contrário na sociedade em suas instituições, entre elas a escola (FONSECA, SILVA, FERNANDES, 2011, p. 28).

No ano de 2000 outro passo é dado em relação às reivindicações. O governo sob responsabilidade do então presidente Fernando Henrique Cardoso, normatizou políticas que dizem respeito à diversidade cultural com a publicação do Decreto Nº 3.551 de 04 de agosto de 2.000, “que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências (BRASIL, 2000. p. 26). Em 2002, no governo do presidente Luiz Inácio da Silva Lula é promulgado o Decreto Nº 4.228 de maio de 2002, que normatiza o Programa Nacional de Ações afirmativa de responsabilidade do governo Federal, sobre o qual falarei adiante.

Os movimentos foram, a partir da década de 1990, intensificando-se e tomando proporções cada vez maiores, inclusive internacionalmente com a realização de Fóruns e seminários, nos quais eram discutidas as especificidades do movimento chamando a atenção das autoridades sobre a necessidade de criação de políticas públicas que dessem conta de resolver a problemática.

Foi após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlacionadas de intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Durban, África do Sul no ano de 2000, que Câmara Dos Deputados Federais discutiu e aprovou o Projeto de Lei nº 259/1999 ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Este projeto resultaria mais tarde, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na Lei Nº 10.639.

No ano de 2003, em nove de janeiro, é sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei Nº 10.639 que resulta na transição da educação brasileira no que diz respeito às exigências da população negra. Esta lei altera a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9394/1996 e torna obrigatório, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todo currículo, especialmente nas áreas de Arte, Literatura e História do Brasil, em todos os estabelecimentos de ensino do país no ensino Fundamental e Médio, nas redes públicas e privadas, incluindo em seu artigo 26-A, parágrafo 1 o seguinte texto:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a Cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Parágrafo 2- os conteúdos referentes à História e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como dia Nacional da Consciência Negra (FONSECA, SILVA, FERNANDES, 2011, p. 40).

Ao entender a escola como espaço de significação de conceitos em torno das várias questões que compõem a sociedade, e a importância do trabalho docente neste contexto, a Lei Nº 10.639 se apresenta como resposta às necessidades de discussão e formação cidadã que deve compreender a ressignificação positiva sobre a contribuição dessa população para nossa formação, como descreve os autores Fonseca, Silva e Fernandes:

A implementação da Lei Nº 10639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem se somar às demandas do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais, que se mantêm atentos à luta pela superação do racismo na sociedade, de modo geral, e na educação escolar, em específico. Estes grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade. (FONSECA, SILVA, FERNANDES, 2011, p. 41).

Para subsidiar a Lei 10.639, são instituídos o parecer do Conselho Nacional de Educação/CP 03/2004, que visa regulamentar as alterações sofridas pela Lei Nº 9394/96 e orientar o trabalho de forma a respeitar a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases no que diz respeito à igualdade de condições de vida e de cidadania, bem como garantir igualdade de direitos a histórias e culturas que

configuram a nação brasileira. A Resolução também do Conselho Nacional de Educação 01/2004, prevê fixar Diretrizes Curriculares de âmbito Nacional sobre ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as instituições e modalidades de ensino.

3. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SUA REPRESENTAÇÃO NA REDE DE ENSINO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Com o propósito de corrigir as desigualdades, oferecer acesso à educação a povos que foram impedidos de frequentar estes espaços por séculos porque não eram admitidos nos bancos escolares e compreender a importância das ações afirmativas estabelecidas pelo governo Federal, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicada em 09 de janeiro de 2003, pelo então Ministro da educação Cristovam Buarque no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caminha no sentido de considerar a escola como um espaço de formação humana capaz de compreender a diversidade, o respeito e o combate ao preconceito. Engloba também a intenção de favorecer a multiplicidade de experiências pedagógicas; articular a criação de programas de combate à discriminação racial; renovar práticas educativas; apoiar populações que vivem em situação de vulnerabilidade social, garantindo a participação e a permanências dessas pessoas nas instituições de ensino (Brasil, 2003).

No sentido de atender as reivindicações dos movimentos negros intensificados no século XX, e de reconhecer e valorizar a cultura Afro-brasileira e Africana, estas políticas buscam a afirmação dos direitos do (da) negro (a), garantindo que a escola esteja preparada para discutir e trabalhar as questões étnico-raciais e desenvolver práticas de superação do preconceito.

As diretrizes devem servir de orientação aos estados, municípios e todos os órgãos de responsabilidade educativa. No Paraná, durante o Governo de Roberto Requião de Mello e Silva, o Departamento de Diversidade da Secretaria de estado da educação, após discussões e reflexões, contribuiu para a criação da Instrução nº 17/2006, que previa a todas as instituições de ensino da rede estadual as seguintes orientações: definir em seus Projetos Políticos Pedagógicos para todas as disciplinas da matriz curricular ao longo de todo ano letivo o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de modo a respeitar a democracia e a pluralidade étnica; solicitar ao aluno declaração de pertencimento étnico-racial no ato da matrícula; elaboração e arquivamento das ações desenvolvidas pela instituição obedecendo o Parecer 04/2006 do Conselho Estadual de Educação; estabelecer no

calendário o dia 20 de setembro como o dia da Consciência Negra; e compor uma Equipe Multidisciplinar com professores, funcionários, direção e equipe pedagógica para propor ações sobre o tema.

Esta instrução estabeleceu ainda que professores da rede deveriam tratar a questão de maneira valorativa, elencando pontos positivos, reconhecendo as riquezas da África e de seu povo. Os núcleos regionais ficariam responsáveis por formar uma equipe com os profissionais das diversas disciplinas para dar suporte aos docentes, equipe pedagógica e gestora dos estabelecimentos de ensino. À Secretaria de Estado da Educação, a responsabilidade de oferecer gradativamente materiais para subsidiar o trabalho pedagógico e a formação de professores por meio de cursos, seminários e oficinas.

Estas questões passaram a ser adotadas pelas escolas. No entanto, a formação das Equipes Multidisciplinares não foi efetivada de imediato. Somente no ano de 2010 por meio da Resolução N° 3.399 de 05 de agosto de 2010, publicada em diário oficial do estado do Paraná, é que foi regulamentada a composição das Equipes Multidisciplinares nos Núcleos Regionais de educação e nas instituições de ensino mantidas pelo estado.

Nessa resolução, lê-se que as equipes são Instâncias Colegiadas de organização do trabalho pedagógico que tem por finalidade orientar e subsidiar a realização de ações relativas ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana ao longo do ano letivo, envolvendo todas as disciplinas da matriz curricular dos estabelecimentos de ensino de educação básica do estado do Paraná.

Essa equipe passaria a contar com um grupo de profissionais eleitos por meio de assembleia que deveriam apresentar os seguintes critérios de seleção, estabelecidos no Art. 6º da Resolução:

- I. Em exercício no estabelecimento de ensino por no mínimo 3 (três) meses (QPM e PSS);
- II. Apresentar propostas de ações para implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais ou História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e/ou Indígena;
- III. Preferencialmente ter participado de eventos de formação continuada sobre a temática das Relações Étnico-Raciais ou História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e/ou Indígena;
- IV. Preferencialmente ter desenvolvido trabalhos ou ações voltadas à temática no Estabelecimento de Ensino ou em outras áreas de âmbito educacional (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2010, p. 3).

Cada estabelecimento passaria a contar com uma Equipe Multidisciplinar composta por um número de profissionais correspondentes ao porte de alunos, da seguinte forma:

a) Estabelecimentos de Ensino de porte I ao III, por 1 (um) pedagogo, 1 (um) agente educacional, 1 (um) representante das instâncias colegiadas, 1 (um) professor da área de humanas, 1 (um) da área de exatas e 1 (um) da área de biológicas; b) Estabelecimentos de Ensino de porte IV ao VI, por 1 (um) pedagogo, 1 (um) agente educacional, 1 (um) representante das instâncias colegiadas, 4 (quatro) professores das diferentes áreas: 2 (dois) de humanas, 1 (um) de exatas e 1 (um) de biológicas; c) Estabelecimentos de Ensino de porte VII ao IX deverá ser formada por 1 (um) pedagogo, 1 (um) agente educacional, 1 (um) representante das instâncias colegiadas, 5 (cinco) professores das diferentes áreas: 2 (dois) de humanas, 2 (dois) de exatas e 1 (um) de biológicas; d) Estabelecimentos de Ensino de porte X ao XI deverá ser formada por 1 (um) pedagogo, 1 (um) agente educacional, 1 (um) representante das instâncias colegiadas, 6 (seis) professores das diferentes áreas: 3 (três) de humanas, 2 (dois) de exatas e 1 (um) de biológicas (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2010, p. 3).

As Equipes Multidisciplinares deveriam ser compostas a cada dois anos e a indicação dos seus membros deveria ocorrer até 30 dias após o início do ano letivo. As equipes dos estabelecimentos de ensino situados em comunidades quilombolas deveriam contar com um membro de pertencimento da comunidade ou ser indicado por ela. Nas escolas indígenas por um representante ou liderança indígena.

Os participantes das equipes passariam a receber certificação de formação/qualificação tendo o direito de fazer uso dela para progressão no Plano de Carreira Profissional e receber avanços em seus salários conforme legislação específica definida pela Secretaria de estado da Educação-SEED. Essa questão foi a mais atrativa para os professores, tendo em vista que os mesmos precisam de horas de formação em cursos ofertados pela SEED para obter avanço em sua carreira, que acontece a cada dois anos.

Ao longo dos anos a Equipe Multidisciplinar foi ganhando representatividade e se fortalecendo. Instituída em 2010, em 2014, passou a contar com material de suporte disponibilizado anualmente no Portal Dia a Dia Educação, entre eles: textos, artigos, entrevistas, vídeos e questionários sobre as questões étnico-raciais Africana e Indígena.

Para cada ano de formação um tema era o centro gerador das discussões, que abordaram os seguintes conteúdos:

- 2014 o tema abordado foi: Diálogo dos textos legais e históricos nos contextos da realidade da escola.
- 2015: Diálogos e reflexões para práticas pedagógicas efetivas na educação das relações étnico raciais.
- 2016: Currículo: reconhecimento e valorização étnico-racial.
- 2017: A beleza, a riqueza e a resistência dos povos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas;
- 2018: Currículo, Mídia e Relações Étnico-Raciais – desnaturalizar representações naturalizadas.

Esses temas permitiram a aproximação dos membros da Equipe às questões étnico-raciais. Muitos desses profissionais não tiveram em sua formação inicial, subsídios teóricos/metodológicos para discutir essa questão junto aos alunos, alguns graduaram-se antes da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sobre o trabalho desenvolvido pelas Equipes Multidisciplinares, a Coordenação da educação das Relações Étnico-raciais e escolar quilombola CERERQ, declara:

Assim, a formação continuada da Equipe Multidisciplinar compreende a leitura e análise de textos teóricos, elaboração de propostas pedagógicas específicas para que se estabeleçam, no ambiente escolar, relações étnico-raciais menos assimétricas e injustas e atividades que possibilitam reflexões referentes ao material disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem, que sempre tem como objetivo a superação das distintas formas de racismo, discriminação e preconceito, marcas perversas do lastro histórico das desigualdades sócio/raciais na sociedade brasileira (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2018, p. 4).

Os profissionais membros dessas Equipes participaram de encontros de formação, organizados pelo coordenador, totalizando 60 horas de estudos, por meio de discussões e definição de ações a serem desenvolvidas na instituição. Essas horas foram divididas em encontros presenciais e semipresenciais contando com material disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação-SEED para consulta e embasamento.

Regulamentada a composição das Equipes nas instituições de ensino do

Paraná e nos Núcleos regionais de educação, em 2012 foi publicada a orientação Nº 01 e em 2013 a orientação Nº 001 que diz respeito à sua forma de atuação e garante a sua continuidade frente ao processo de reconstrução da história do Paraná na formação de alunos e professores, de modo a contribuir com o respeito e a diversidade étnico-racial em nosso estado.

Com o objetivo de elencar subsídios que fortaleçam e consolidem a atuação das Equipes, a Superintendência de Educação-SUED, junto com o Departamento de Diversidade e coordenação das relações das diversidades Étnico raciais possibilitou uma consulta pública, elencando questões sobre sua organização. A orientação 002/2010 deixou claro qual a responsabilidade de cada setor frente a equipe.

Organizadas dessa forma, todas as instituições de ensino mantidas pelo estado do Paraná, bem como as conveniadas, ficaram incumbidas de desenvolver este trabalho. Inicialmente com a equipe de participante e posteriormente, realizar ações envolvendo os alunos, expondo a temática por meio de oficinas, palestras, cursos, minicursos, grupos de estudo, reuniões, entre outras atividades que contemplem o material de estudo e outros materiais que ofereçam subsídio para a formação da Equipe, conforme determina a Orientação 002 de 2018:

No desempenho de suas atribuições a Equipe Multidisciplinar tem o papel de divulgar, multiplicar, mediar e subsidiar as ações pedagógicas no ambiente no qual está inserida, no que tange as relações étnico-raciais. Para a realização desse processo, os componentes das EM participam da formação continuada ofertada pela SEED e a partir disso, tem o compromisso do repasse das discussões, das propostas e das ações para a comunidade escolar, em especial, aos profissionais da educação do estabelecimento de ensino. Essa multiplicação de conhecimentos pode ser realizada através de palestras, cursos, minicursos, grupos de estudos, reuniões, temas na hora-atividade, entre outras formas de encontros (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2018, p.10).

Todo processo de formação deve incluir a elaboração de um plano de ação para a instituição, onde os participantes devem estabelecer atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo. Ao concluir os trabalhos a equipe ficaria incumbida de organizar um memorial descrevendo suas práticas e postar no site Dia a dia Educação para que todos tenham conhecimentos das atividades e experiências desenvolvidas. De acordo com a Orientação, objetivo deste trabalho é:

Trata-se da apresentação da implementação do Plano de Ação durante o ano letivo, cujo objetivo é socializar práticas pedagógicas e publicizar conhecimentos. Para tanto, o material deverá conter: Identificação do estabelecimento de ensino e da Equipe Multidisciplinar; Proposta pedagógica de cada ação realizada; Registros da execução das ações em fotos, sites, blogs, redes sociais ou outras mídias; O Memorial Descritivo deve estar em consonância com o Plano de Ação estabelecido pela EM para o ano de 2018 (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, PARANÁ, 2018, p.11).

Para cada ano de formação um cronograma é estabelecido, para a realização de formação de professores, tanto na modalidade presencial como na modalidade EAD, os participantes devem realizar avaliações por meio de fóruns e questionários online, envolvendo questões importantes sobre o material estudado na qual não pode obter nota inferior a 7, caso isso aconteça, o participante perde o direito ao certificado.

Em 2018 – ano em que participei da formação com interesse de entender como a equipe se constituía e operacionalizava suas ações a partir das perspectivas dos participantes – o cronograma de atividades foi desenvolvido da seguinte forma, subdividido em duas etapas, presencial e online:

Quadro II: Organização da etapa presencial de formação das Equipes Multidisciplinares – 2018

Atividade	Conteúdo	Período	Carga Horária Presencial
Encontro I	Currículo, Mídia e Relações Étnico-Raciais: diálogos pedagógicos contemporâneos.	07 de maio	4 horas
Encontro II	Relações Étnico-Raciais: Juventude Negra conectada no combate ao racismo: o uso das mídias. Elaboração do Plano de Ação EM 2018.	04 de junho	4 horas
Encontro III	Os indígenas na mídia: apresentação e representações.	06 de agosto	4 horas
Encontro IV	Relações raciais, protagonismo e representação da mulher negra na mídia.	03 de setembro	4 horas

Encontro V	As manifestações culturais indígenas e os meios de comunicação.	08 de outubro	4 horas
Encontro VI	Seminário: O protagonismo da população negra para a desnaturalização do racismo midiático.	12 de novembro	8 horas
Carga Horária Total 28 horas			

Quadro III: Organização da etapa EAD de formação das Equipes Multidisciplinares ano 2018

Atividade	Conteúdo	Período	Carga Horária
-Fórum de Apresentação e Expectativas. -Atividades: Questionários -Tarefa: Envio de Arquivo Atividade	Currículo, Mídia e Relações Étnico-Raciais: diálogos pedagógicos contemporâneos.	30 de abril a 15 de julho. 77 dias	32 horas
	Relações Étnico-Raciais: Juventude Negra conectada no combate ao racismo: o uso das mídias. Elaboração do Plano de Ação EM 2018	26 de maio a 30 de julho. 36 dias.	
	Os indígenas na mídia: apresentação e representações.	30 de julho a 27 de agosto. 29 dias.	
	Relações raciais, protagonismo e representação da mulher negra na mídia.	28 de agosto a 02 de outubro. 36 dias.	
	As manifestações culturais indígenas e os meios de comunicação.	03 de outubro a 10 de novembro. 39 dias	
	Seminário: O protagonismo da população negra para a desnaturalização do racismo midiático.	30 de abril a 26 de novembro.	

A organização dessa formação na modalidade presencial e EAD possibilitou a interação síncrona e assíncrona entre cursistas da equipe e de todo estado do Paraná e contribuiu para o aprofundamento nos conteúdos por meio de embasamento teórico e acompanhamento da transposição didática desse conteúdo pela plataforma Moodle. Os conteúdos contribuíram para uma discussão reflexiva entre os participantes, vinculando currículo educacional, mídias e relações étnico – racial.

4. APROXIMAÇÃO COM O CAMPO PESQUISADO

Na década de 1980, em decorrência do aumento da população na área urbana da cidade de Pinhão-PR, identificou-se a necessidade da criação de um novo colégio para atender a demanda. Foi então, que em 1988, a sede do Colégio Santo Antonio dá início as suas atividades, primeiramente com turmas de 1º a 6º séries. Em 1989, o número de alunos era muito maior do que o espaço poderia comportar. Foi necessário a locação de um espaço para servir como sala de aula para alunos da 7º série. Neste mesmo período, iniciou-se a construção de um novo prédio para acomodar a demanda de alunos matriculados, situado na rua 07 de setembro, número 58, Bairro Lindouro. Em 1992 houve a construção de mais 4 salas de aula. No ano de 1993, houve a municipalização das séries iniciais do Ensino Fundamental, sendo ofertado no colégio apenas duas séries do Ensino Fundamental dos anos finais: 5º a 8º. Em 1999, por meio da resolução 2.522/99, o colégio passou a ofertar uma nova modalidade, o Ensino Médio.

Tendo em vista a característica rural do município na época, e a ausência de formação específica, os movimentos sociais liderados por agricultores, reivindicaram demanda para atender a realidade dos alunos oriundos dessas famílias, é criada então, em 1997 a Casa Familiar Rural com formação voltada aos jovens oriundos de famílias de agricultores.

Hoje o colégio, juntamente com a Casa Familiar Rural, conta com 732 matrículas, em quatro modalidades de ensino - Ensino Fundamental anos finais: 466 alunos; Ensino Médio: 179; Ensino em Tempo Integral: 45; Ensino profissionalizante: 42 alunos, em três turnos de funcionamento: manhã, tarde e noite.

O quadro de docentes é composto por 89 professores, entre efetivos e temporários, desses, 12 foram membros da equipe multidisciplinar em 2018, 6 dos membros eram agentes educacionais.

O colégio estadual Santo Antonio, localizado no município de Pinhão-PR, foi escolhido como cenário de minha investigação, por ser meu primeiro local de trabalho como servidora da rede estadual. Neste espaço, eu atuei durante 6 anos e pude estabelecer uma relação muito próxima com professores, alunos e comunidade escolar. O estudo voltado à equipe multidisciplinar ocorreu em decorrência da minha

atuação ao longo dos anos como pedagoga dentro da equipe, bem como pela intenção de analisar como esse processo de formação se constituiu em um instrumento de formação de professores da rede estadual e quais os reflexos dessa formação no cenário educacional.

4.1. O CONTATO COM O GRUPO

Ao ser membro da equipe, passei a observar as reuniões com o olhar de pesquisadora. Na pesquisa etnográfica o (a) pesquisador (a) observa, regista e analisa. “O lócus de estudo não é o objeto de estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...) eles estudam *nas* aldeias” (GEERTZ, 1989, p. 16). Ao olhar para o objeto eu tive a intenção de entendê-lo. Não estava ali apenas como membro, mas com a disciplina necessária para interpretá-lo.

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo esteja na domesticação de seu olhar. Isso porque, a partir do momento que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual – disciplinarmente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos – funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração (OLIVEIRA, 1998, p. 19).

As reuniões para estudo aconteciam periodicamente, por meio de leitura de textos, análise de vídeos e discussões no grande grupo. O material para estudo, trazia apontamentos do ponto de vista dos agentes negros e índios que relatavam sua história, seus costumes e manifestavam sua resistência, na maioria das vezes a mídia era o principal dispositivo para isso. Em muitos momentos senti falta de um estudo aprofundado que discutisse a naturalização de alguns conceitos importantes em torno do preconceito, racismo e identidade negra, e como estes foram construídos ao longo do tempo, porque isso não se apresentou de maneira clara nos roteiros de atividades para os membros da equipe¹.

O grupo era composto por 18 participantes, dentre estes, 12 professores e 6

¹ Para melhor compreensão da problemática em pauta, é preciso a utilização de textos acadêmicos que fundamentassem conceitos importantes sobre racismo e o preconceito racial desde o período colonial até os dias de hoje.

funcionários (agentes I e II). Estes foram escolhidos para participar da entrevista, três deles professores e quatro agentes educacionais I e II². A entrevista foi composta por 7 perguntas referentes às ações desenvolvidas dentro e fora de sala de aula a partir dos estudos feitos nas reuniões da Equipe Multidisciplinar.

Quadro IV: Perfil dos participantes que responderam o questionário:

Participante	Idade	Profissão	Escolaridade	Ano de conclusão
A	52	Professora	Pós-Graduação	2014
B	39	Professor	Pós-Graduação	2002
C	49	Professor	Pós-Graduação	1997
D	42	Agente Educacional I	Ensino Superior	2010
E	33	Agente Educacional I	Superior incompleto	2015
F	37	Agente Educacional I	Superior	2015
G	57	Agente Educacional I	Ensino Médio	Não Lembra

Ao serem perguntados se conheciam a Lei N. 10.639, apenas um dos participantes entrevistados descreveu que era sobre a inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Todos afirmaram que o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a temática em seu marco operacional e conceitual. Os professores (as), responderam que a temática é trabalhada de acordo com os conteúdos disciplinares (história da África, História do Brasil, porcentagem e genética) e por meio de oficinas interdisciplinares. Quando perguntados se já presenciaram uma prática de preconceito racial na escola os professores e um agente educacional responderam que sim, os outros por sua vez, responderam não. Os que disseram sim, relataram em suas respostas que “percebem um preconceito racial velado”, “entre os alunos” “por meio de brincadeiras e práticas racistas”. Este

² “Os agentes I são responsáveis por Executar atividades de suporte nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e outras de interesse do Poder Executivo Estadual. Atribuições dos Agentes Educacionais II: Realizar atividades administrativas e de secretaria da instituição escolar onde trabalha; auxiliar na administração do estabelecimento de ensino, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia; manter em dia a escrituração escolar” (PARANÁ, 2008, p.2).

relato está presente no estudo de Lilia Moritz Schwarcz ao descrever a narrativa dos brasileiros – evidenciada a partir do século XIX e presente nos dias de hoje - frente as questões sobre o preconceito que denunciam sua existência, mas não o reconhecem publicamente:

Distintas na aparência, as conclusões das diferentes investigações são paralelas: ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a “outro”. Seja da parte de quem age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece ser o de afirmar oficialmente o preconceito, e não o de reconhecê-lo na intimidade. Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação (SCHWARCZ, 2012, p. 21).

No que diz respeito à formação continuada sobre a cultura e história Afro-brasileira e Africana, os participantes tiveram que responder se já haviam participado de alguma formação que tratasse da temática. Dos 7 participantes, um deles descreveu ter participado de uma formação ofertada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Paraná, a qual teve a presença de um pedagogo indígena e um advogado do quilombo da região.

4.2. ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO COLÉGIO SANTO ANTONIO

No colégio, a formação da Equipe Multidisciplinar aconteceu a partir da composição de participantes que representaria a escola no ano de 2018. A etapa presencial ocorreu em seis encontros que foram realizados entre maio e novembro de 2018 nas dependências do Colégio. Sempre apresentei interesse em participar da Equipe, haja vista, que as outras pedagogas justificavam a falta de tempo para participar ou de não precisar das horas de formação para seus avanços. Este elemento caracteriza a importância atribuída por alguns professores (as) frente à equipe multidisciplinar, a qual deve se constituir como espaço de discussão e que ora é vista como instrumento de progressão para elevação de nível na carreira, apenas, ou seja, a equipe ainda não se apresenta como política fundamental de

formação e combate ao racismo como precisa se apresentar.

No que diz respeito ao número de alunos, este colégio registrou a matrícula de 732 alunos no ano de 2018, em três modalidades de ensino: Fundamental II anos finais; Médio e Profissional. A maioria dos alunos atendidos é oriunda das localidades mais pobres da cidade, possuem renda de até dois salários-mínimos, dados descritos no Marco Situacional do Projeto Político Pedagógico da Instituição.

Nos dois primeiros encontros presenciais de formação da equipe, assistimos vídeos, fizemos a leitura dos textos que estavam disponíveis no portal, e discutimos sobre os conteúdos. Os professores participantes citaram a relevância do material, tendo em vista que ele veio descrevendo a outra face das questões da África, abordando suas riquezas e a sua influência perante o mundo.

Muitos desses professores, participantes da equipe graduaram-se antes de 2003 e o único contato que tiveram com o tema aconteceu nas formações oferecidas pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, como relatou um dos professores presentes no primeiro encontro presencial. Os livros didáticos, por sua vez, não apresentaram sempre a mesma história levando os professores a tratar a questão de maneira pontual e parcial. Hoje podemos perceber uma nova configuração ao se tratar de história Africana e Indigenista.

O preconceito ainda é presente em nosso meio social, mas muitos avanços podem ser destacados. As políticas públicas iniciadas pelo governo federal são exemplos disso. Essas considerações foram feitas pela professora de matemática e endossadas pelos professores de Biologia e Ciências.

Os textos estudados neste dia foram: “Cultura indígena e os meios de comunicação”, que descreveu a entrevista feita com a educadora Severià Idioriè e discutia sobre a finalidade dos meios de comunicação às populações indígenas e sobre se estes contribuíam para a eliminação de aspectos culturais desses povos; “Por que os negros não apresentam programas de televisão”, que trouxe dados sobre realidade e a participação destes nos canais de comunicação, na TV e na publicidade. Naquele momento discutimos a influência da mídia frente as questões de identidade e como os produtos de beleza apresentados nos comerciais privilegiam aspectos da identidade branca, como o cabelo alisado e loiro, por exemplo. Discutimos esses aspectos considerando nossos alunos, especialmente as meninas negras afrodescendentes de nossa escola.

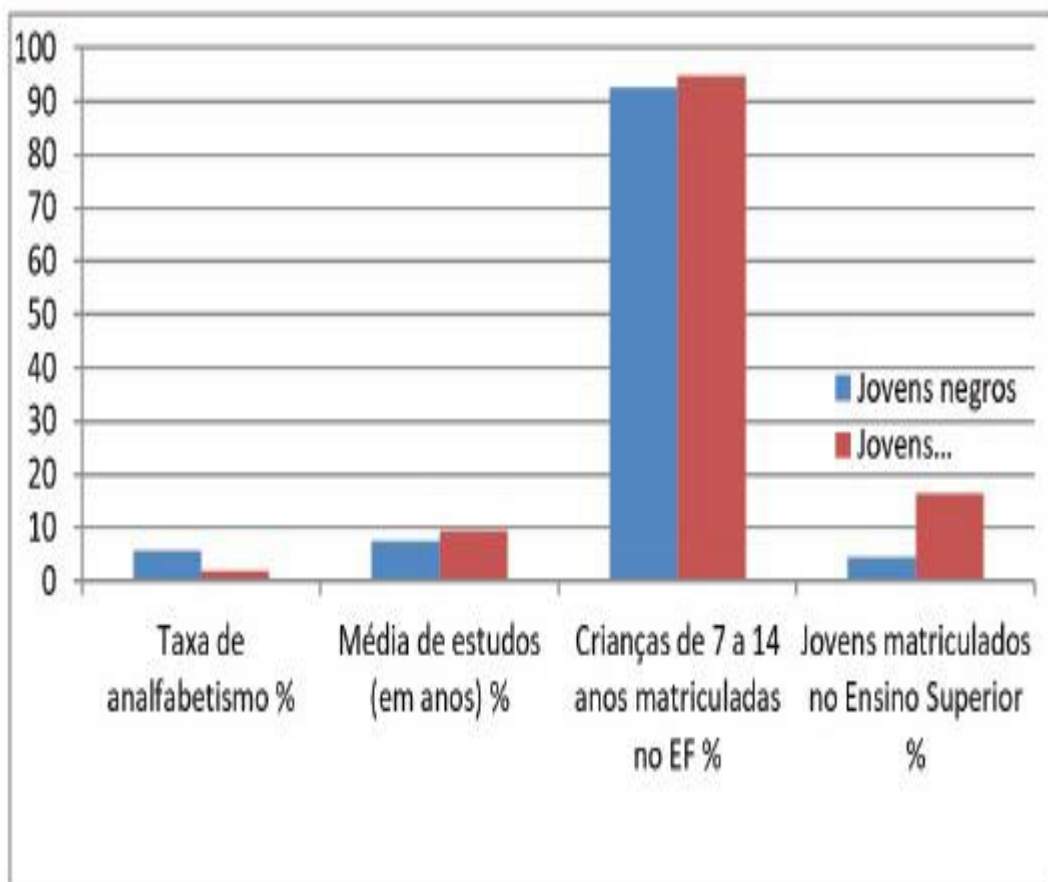
No terceiro encontro, os alunos no 3º ano do Ensino Médio estavam em aula vaga devido à falta de um professor e foram convidados a participar da reunião. Nesse momento, a partir da leitura dos textos, foi levantada a questão das Cotas Raciais. Professores e alunos demonstraram concordar com a legislação e com o direito de negros, pardos e indígenas usufruírem desse sistema. Uma aluna citou o histórico de discriminação desses povos e disse que eles eram merecedores. Percebi que a participação dos alunos enriqueceu as discussões. Um professor de ciências citou que o ser humano pode ter muitas cores de pele e que ao longo do tempo, para conseguir se adaptar às condições mais quentes da terra e proteger-se dos raios ultravioletas, sua cor ficou gradativamente pigmentada e por isso, onde condições climáticas são mais quentes algumas populações possuem cor mais pigmentadas que outras. Vale lembrar que a civilização teve início no continente Africano e a medida que as populações foram se distanciando para o restante do globo, a pigmentação foi se perdendo em decorrência desse distanciamento. Foi uma aula de biologia que instigou a curiosidade dos alunos naquele dia. A coordenadora apresentou a pauta do dia e apresentou os textos que serviriam de base para nossas discussões nesse encontro.

O material fazia uma análise da participação das juventudes no cenário atual em nosso país, isto nos levou a refletir sobre a participação do negro no mercado de trabalho e na educação. A partir deste estudo fizemos uma análise sobre a nossa realidade e identificamos que muitos alunos negros têm maior probabilidade de desistir dos estudos do que alunos brancos. A professora de História relatou que tinha um aluno negro em sua turma de sétimo ano e que ao abordar o conteúdo da escravidão percebeu que este se sentiu incomodado como se quisesse se esconder de baixo de sua carteira e quando discutiu sobre a importância positiva desses povos, ele olhava atentamente para professora como se sentisse que o conteúdo era importante e muito próximo de sua realidade. Abaixo, segue o gráfico com informação sobre a escolaridade desses alunos, que neste dia, embasou nossas discussões:

A juventude negra passa a ser vista como um problema para a sociedade brasileira. Os dados a seguir evidenciam a realidade vivenciada pela juventude negra: O país conta com cerca de 11,5 milhões de jovens negros de 18 a 24 anos de idade, o que representa 6,6% da população brasileira. O gráfico a seguir mostra

que a taxa de analfabetismo de 5,8% é três vezes maior que a observada para os jovens brancos (1,9%). Em média, os jovens negros têm dois 7,5 anos de estudo e os brancos da mesma faixa etária 9,4 anos. E a proporção de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental é de 92,7% para negros e de 95% para brancos. Somente 4,4 % dos negros de 18 a 24 anos estão matriculados em instituições de Ensino Superior; entre os brancos, esse percentual é cerca de quatro vezes maior, 16,6% (IPEA, 2005, p. 58).

Gráfico I: Taxa de escolarização entre negros e brancos:



Fonte: IPEA, p.58, 2005

O quarto encontro foi destinado à leitura e estudo dos textos e organização das oficinas que aconteceriam com os alunos, essa oficinas abordariam o tema África e sua cultura, esta foi uma sugestão da professora de matemática: os alunos aprenderiam confeccionar uma boneca de retalhos, conhecida como boneca Abayomi, símbolo de resistência, tradição e poder feminino, história repercutida no decorrer dos séculos que se tornou símbolo de referência às mulheres negras, explicação feita pela professora. Antes da confecção o (a) professor (a) da turma ficaria incumbido de ler um texto com informações sobre a boneca aos seus alunos, o mesmo trazia a descrição do significado desse amuleto.

Na condição de pedagoga do Colégio, procurava sempre estar presente nas atividades desenvolvidas com os alunos, e no dia em que aconteceu a oficina para confecção da boneca Abayomi³, visitei as turmas e presenciei o entusiasmo dos alunos com aquela atividade, todos envolvidos e animados numa aula diferente, eles queriam mostrar como estava ficando a sua boneca, as cores que usaram, as roupas, alguns até me ensinaram como fazer, eles explicaram o significado daquela produção que foi discutida na sala com a professora. Registrei o trabalho de uma turma de oitavo ano:

Figura I: Bonecas Abayomi confeccionadas por alunos do 8º ano.



Fonte: Arquivo da autora.

³ Para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção.

As atividades foram registradas pelos professores, que além dessa experiência, propuseram uma discussão em torno da capoeira, que foi apresentada aos alunos.

Os escravizados, nos dias e momentos de folga, nos terreiros das casas-grandes, nas senzalas ou na porta dos mercados, enquanto esperavam que este se abrisse, costumavam formar círculos e jogavam a capoeira sem, no entanto, ela ser identificada como luta, mas, sim, como uma brincadeira ou jogo (GOMES, MUNANGA, 2006, p.155).

Outra atividade que atraiu muito a atenção dos alunos, foi a apresentação de Capoeira, realizada por um grupo da comunidade que realizava ensaios nas dependências do colégio no turno da noite. Esse grupo se reúne uma vez por semana nas dependências do colégio para discutir as características da capoeira, sua História e tradição.

Figura II: Grupo de Capoeira em apresentação no Colégio



Foto: Arquivo da autora.

Além da organização desse momento, foram discutidos textos e vídeos com o tema: “Relações raciais, protagonismo e representação da mulher negra na mídia”. Voltamos a discutir nesse encontro sobre os comerciais de TV e sua influência na formação de comportamentos e valores, principalmente na vida das mulheres. Em

uma roda de conversa, foram levantadas questões sobre a participação do sexo feminino no mercado de trabalho e escolarização em comparação ao sexo masculino, diferenças que são mais evidentes quando falamos de mulheres negras.

No quinto encontro, o texto da discussão foi: “As manifestações culturais indígenas e os meios de comunicação”. Um dos membros presentes relatou que a discussão em torno da cultura negra é mais recorrente na escola se comparada às discussões acerca da cultura indígena, pois é comum termos em nossa comunidade escolar, alunos negros e poucas vezes, ou quase nunca, alunos indígenas. Além disso, conversamos sobre a importância de discutir a temática, independente de termos ou não esses alunos matriculados, pois essa cultura faz parte da nossa, independentemente da cor de nossa pele ou de nossos costumes, estes que têm suas matrizes oriundas dessas duas culturas.

Os participantes discutiram e estabeleceram as próximas ações, que foram organizadas por meio de um cronograma, no qual foram registrados: concurso de desenhos; Blitz, em que os professores e alunos saíam às ruas, mediante autorização da Polícia Militar e dos responsáveis para chamar a atenção da população sobre a relevância do tema; e, por fim, a organização de uma exposição para a comunidade dos trabalhos desenvolvidos.

O último encontro foi destinado à realização do memorial e síntese das atividades desenvolvidas ao longo do ano. Essas atividades foram organizadas pelos membros da equipe Multidisciplinar. Além disso, discutimos o tema da última unidade presencial, intitulado “O protagonismo da população negra para a desnaturalização do racismo midiático”. A dinâmica desse dia, promoveu uma roda de conversa em que cada um dos participantes deveria relatar sobre o desenvolvimento do curso e sua relevância para a prática pedagógica em sala de aula em sua disciplina, ou fora dela. Os professores relataram que os materiais os fizeram refletir sobre a finalidade do tema e sua importância, uma agente educacional relatou que esse assunto precisa ser mais discutido na escola, que essas culturas são pouco conhecidas pelos alunos e que ainda presenciemos muitas práticas de preconceito dentro da escola.

Sobre as práticas pedagógicas, uma experiência, realizada por um professor da disciplina de História chamou a atenção. Ao perceber que alguns de seus alunos, demonstravam habilidade para compor músicas de *Rap* e frequentemente nos seus

espaços de convivência, nas aulas vagas nos intervalos expressavam opiniões por meio de letras julgou interessante desenvolver um projeto com eles, que levou o nome “Duelos de Resistência: A inclusão do Rap a partir do contexto escolar”. O Rap, segundo definições de Munanga e Gomes é uma manifestação musical que produz a denúncia as injustiças e opressões sociais,

O Rap, palavra formada pelas iniciais da expressão *rhythm as poetry* (ritmo e poesia), tem como fonte de produção a apropriação musical, sendo a música composta pela seleção e combinação de partes de faixas já gravada, a fim de produzir uma nova música. Mixando (utilizando aparelhagem para misturar músicas) os mais variados estilos de *black music*, o rap cria um som próprio, pesado e arrastado, reduzido ao mínimo. Nesse ritmo são utilizados apenas a bateria, o *scratch* (obtenção de sons, girando manualmente o disco sob a agulha em sentido contrário, produzindo efeitos sonoros próprios) e a voz. Mais tarde, essa técnica seria enriquecida com o surgimento do *sampler*. Desde então, o rap aparece como um gênero musical que articula a tradição ancestral africana com a moderna tecnologia, produzindo um discurso de denúncia da injustiça e da opressão social, racial e policial, a partir do seu enraizamento junto a grupos negros urbanos, Os *rappers* se vêem como porta-vozes da periferia, assumindo a dimensão da denúncia em suas letras e formas de expressão (GOMES, MUNANGA, 2006, p.166. Grifos do autor).

Esse projeto foi inscrito na Feira de Inovação das Ciências e Engenharias que aconteceu em Foz do Iguaçu e chegou a ser finalista.

4.3. O DIÁLOGO SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE NESSE CONTEXTO

Para que a escola, por meio de seus agentes educacionais, consiga superar práticas de racismo, é importante que reconheçamos o Brasil como um país racista, e a inexistência da democracia racial, e ao reconhecer este fato, tenhamos nossa indignação como combustível para sua superação. Este deve ser o ponto de partida.

Além de acreditar na sua “democracia racial”, o brasileiro acha que falar no problema é uma subversão. Que conclusão extrair daí? O mito da democracia racial é uma forma brasileiríssima, bastante eficaz de controle racial. O que espanta os estrangeiros que nos visitam não é esta democracia racial - em que só nós acreditamos -, é a nossa ingenuidade em acreditar nela. Quando o senador norte-americano Bob Kennedy visitou a Pontifícia Universidade Católica,

do Rio (1967, creio), um grupo de estudantes entendeu de agredi-lo mencionando o ódio racial no seu país. Ele se defendeu com uma pergunta que ficou no ar, pesada e sem resposta: “E os negros brasileiros por que não estou vendo nenhum aqui entre vocês?”. A mim, pessoalmente, me agrada muito uma velha alegoria para explicar a diferença da questão racial lá e aqui: Nos Estados Unidos o negro tem uma pistola apontada para sua cabeça; no Brasil, ela está apontada para as suas costas. Para quem segura a pistola, a segunda situação é, sem dúvida, mais cômoda (SANTOS, 1941, p. 45).

Como exemplo, relacionado à citação, no ano de 2019, durante o X CONERE – Congresso Nacional de Ensino Religioso, em Curitiba PR, durante sua participação, um médico paulista disse: “Por que em Curitiba não é feriado no dia da Consciência Negra, aqui não tem negros?”, a pergunta também ficou sem resposta. Lamentavelmente, a memória do povo negro em nosso estado faz parte das memórias silenciadas, o branco escravizou o negro, e ao longo da História insiste em negar isso. Precisamos nos perguntar: Quantas pessoas morreram este ano? Quantas eram negras? As estatísticas insistem em nos mostrar que precisamos incluir nos espaços de discussão maneiras de tornar a inclusão social uma realidade.

Superar o silêncio e promover a discussão é urgente, só assim nosso país vai poder enfrentar situações discriminatórias. Um exemplo bastante claro que podemos utilizar para expressar esse modo de pensar a realidade e agir sobre ela com a criticidade necessária, é a experiência vivida por Freud, enquanto judeu, no momento em que o nazismo expandiu suas crenças e pregou o antissemitismo na Alemanha do século XIX.

Freud descreveu fatos que o marcaram profundamente e que foram fundamentais para suas reflexões e posicionamentos valiosos: a decepção crítica, ainda criança, por seu pai não ter se revoltado quando teve o chapéu retirado e jogado ao chão por jovens antissemitas; a mágoa e o desgosto por não ter sido convidado, apesar do justo merecimento, para assumir o cargo de professor na Universidade de Viena; e, por fim, a valorização, tão enfatizada para a construção de sua teoria revolucionária, de se manter contracorrente, de sustentar sua independência de juízo, fazendo oposição “à maioria compacta”. Sua disposição ímpar para elaboração foi capaz de converter a energia da brutalidade do antissemitismo em propulsor para a criação de sua obra. Freud não assumiu o lugar de vítima: transformou violência e morte em vida. Teríamos também a capacidade de fazer o mesmo ao refletirmos sobre as consequências geradas pelo racismo antinegro no Brasil?

(KON, SILVA, ABUD, 2017, pg. 23).

Ao tentar refletir sobre isso e chegar a uma conclusão sobre o modo como a equipe multidisciplinar do colégio contribui para o reconhecimento do racismo impregnado na ideologia dos brasileiros, e como age dentro e fora de sala de aula para sua superação, foi que perguntei aos entrevistados: *O material da equipe multidisciplinar da formação dos professores contribui para uma superação da cegueira racial e para uma criticidade sobre esse tema?* Todos relataram que sim, e por meio das discussões nas reuniões da equipe, essas provocações são levadas para realidade: *“Eu penso assim que pode até ter pessoas que digam não tem discriminação, são todos iguais, está tudo igualitário, está tudo universalizado mas não é assim e a gente traz essa discussão para dentro da escola* (PROFESSORA A, 52 anos). Isso nos remete a uma reflexão sobre a legislação brasileira vigente. A Constituição garante igualdade de direito sem qualquer distinção, levando aos leitores uma ideia de que não há nenhuma diferença entre negros e brancos, mas isso não se materializa na prática. O problema principal é a estrutura não formal, caracterizada por um modelo de sociedade que oculta aspectos da contraposição, evidenciado nas pesquisas que nos mostram desigualdades referente à escolarização, mortalidade infantil, empregabilidade, e renda per capita que atinge especialmente os negros.

Uma das especificidades do preconceito vigente no país é, como vimos, seu caráter não oficial. Enquanto em outros países adotaram-se estratégias jurídicas que garantiam a discriminação dentro da legalidade — seja por meio de políticas oficiais do apartheid, seja estabelecendo cotas étnicas —, no Brasil, desde a proclamação da República, a universalidade da lei foi afirmada de maneira taxativa: nenhuma cláusula, nenhuma referência explícita a qualquer tipo de diferenciação pautada na raça. No entanto, como silêncio não é sinônimo de inexistência, o racismo foi aos poucos repostado por aqui primeiro de forma “científica”, com base no beneplácito da biologia, e depois pela própria ordem do costume. Se tal constatação não fosse verdadeira, como explicar o surgimento nos anos 1950 de leis que culpabilizavam, pela primeira vez, a discriminação? Assim como não se inventam regras se não existe a intenção de burlá-las, o certo é que a Lei Afonso Arinos, de 1951, ao punir o preconceito, acabava por formalizar a sua existência (SCHWARCZ, 2012, p. 51).

Segundo Steele (1990), ao contrário do que é evidenciado nas ideias de supremacia, a cor da pele não define a superioridade ou inferioridade de um povo,

seja esse princípio de ordem moral, intelectual ou social, desconsiderando assim, todo impacto da colonização na vida dos negros escravizados, que exige uma compensação por toda consequência negativa carregada por esses povos ao longo da história.

Para Ronald D. Glass,

A visão tradicional da cegueira racial do liberalismo existe desde os primórdios da nação, mas, em anos recentes, ela se tornou moda nos círculos conservadores que mudam os argumentos em seu próprio benefício tentando acabar com a ação afirmativa. Eles condenam o uso governamental da identidade racial nas políticas, operações e alocações de recursos, mesmo que seja para reparar a discriminação histórica. O argumento é de que a justiça e a igualdade regem a cegueira racial e as instituições públicas, em especial, não deveriam levar a raça em consideração, já que toda essa consideração é suspeita. Os sucessivos ataques à ação afirmativa na Califórnia, Texas e em outros lugares evidenciam o crescente poder político de certas formas dessa visão, apesar das maneiras de argumentar que geralmente escondem os esforços de corroborar e assegurar o privilégio racial branco (GLASS, 2012, p. 890).

Me parece estar evidenciado no cenário atual, marcado pelo partido político eleito em nosso país, que esse tipo de narrativa retoma o passado e apresenta um discurso frequente que agride as minorias, retoma práticas refletidas no período colonial, centralizando ideias e ferindo a democracia, nos mostrando que o passado nunca deixou de estar presente,

No Brasil também andamos “surfando” numa maré conservadora. Afinal, uma certa demonização das questões de gênero, o ataque às minorias sociais, a descrença nas instituições e partidos, a conformação de dualidades como “nós” (os justos) e “eles” (os corruptos), a investida contra intelectuais e imprensa, a justificativa da ordem e da violência, seja ela produto do regime que for, o ataque à Constituição e, finalmente, o apego a uma história mítica, fazem parte de uma narrativa de mais longo curso, a qual, no entanto, tem grande impacto no nosso contexto nacional e contemporâneo (SCHWARCZ, 2019, p. 16).

Segundo Lévi-Strauss (1975), as contradições presentes nas sociedades fazem com que acreditemos em mitos e por consequência dessa contradição ignoramos fatos que podem negá-los, pois é mais confortável habitar com a falsa ideia do que transformar a estrutura que a sustenta.

Ao serem perguntados sobre a contribuição da equipe para a superação da cegueira racial e para sua criticidade, os entrevistados manifestaram as seguintes

narrativas:

Sabe Ane quando você fez aquela pergunta se a gente percebe a questão de discriminação dentro do espaço escolar, quando a gente fala assim da discriminação velada das pessoas que discriminam assim de uma forma de atitudes, de olhar de comportamentos, são atitudes desta forma que você sente que existe, que tem a discriminação, que tem essa questão dessa diferenciação que diz, que fala, que verbaliza que não tem, mas internamente não sentir que tenha, eu penso assim que pode até ter pessoas que digam “não tem discriminação”, são todos iguais, está tudo igualitário, está tudo universalizado mas não é assim e a gente traz essa discussão para dentro da escola, trazemos sim (PROFESSORA A, 52 anos).

Eu penso que a equipe não é só uma pessoa, são várias pessoas, pensando no bem comum para a escola e até da comunidade escolar, essa cegueira ela existe claro a gente já ouve falar há muito tempo, o que eu penso, a equipe ela ajuda a abrir os olhos dos professores o material que traz, ele deixa bem claro o que você tem que fazer em situações problemas em situações em sala de aula e até mesmo de como você trabalhar esse tipo de cegueira, sabe. Eu digo assim que a equipe multidisciplinar, eu aprendi muito com a equipe, em tratar as questões como essa né, porque no dia a dia da gente é muito corrido, é matemática, é cálculo, mas a gente tem que parar e trabalhar certos assuntos como esse, do preconceito racial porque todo dia de uma maneira ou de outra, a gente está se deparando com uma atitude dessa, às vezes é uma palavra, às vezes é uma ação, então o material da equipe, ele ajuda nessas questões, de quando você deparar com essa questão problema, você tem o material, você ouviu falar, ou você leu de algum autor, eu acho que contribui bastante (PROFESSOR B, 39 anos).

Este é um assunto que segundo alguns professores participantes das entrevistas, é discutido nas reuniões da equipe, que a meu ver deveria ser aprofundado, mas não tivemos tempo nem material necessário para essa discussão. Para os entrevistados, a equipe multidisciplinar é uma formação que prepara os professores e agentes educacionais para os desafios diante do preconceito racial, contribui para que consigam preparar suas aulas alinhadas à história do negro e sua contribuição para nossa cultura, envolvendo todas as disciplinas do currículo, de modo que a biologia converse com a matemática, a geografia com Língua Portuguesa e Educação Física e todas estas com a História.

Para Ronald Glass (2012), tornar a escola um espaço para a superação de que estamos falando, é um tanto difícil, haja vista que alguns hábitos são interpostos às crianças por pais brancos desde muito cedo, por meio de atitudes interpessoais comuns dentro da família, o que forma, inconscientemente seus comportamentos e opiniões.

As relações interpessoais, tanto quanto a macrogeografia física e social, facilitam o ganho inconsciente de pessoas pela ordem racial. Microagressões costuradas em todo o tecido social são realizadas inconscientemente pelos brancos e asseguram privilégios no nível micro-racial. Consideremos os seguintes exemplos: andando numa calçada ou numa passarela de um shopping center, uma mãe branca e sua filha pequena (ou um pai branco e seu filho pequeno) se aproximam de um homem negro caminhando em direção a elas vindo da direção oposta. Ao pegar a mão da filha, a mãe se desvia ligeiramente da trajetória de interseção; ao pegar a mão do filho, o pai continua sua trajetória original e força o homem negro a abrir caminho. Em ambos os casos, os filhos são segurados inconscientemente pela aparente ameaça e necessidade de cuidado, além do filho também gostar da confiança demonstrada pelo domínio do pai sobre o espaço social. O homem negro registra a cautela e a afirmação do privilégio, sentindo então o peso de absorver outro pequeno assalto a sua dignidade (GLASS, 2012, p. 893).

Penso que a equipe Multidisciplinar pode, e deve, se tornar um espaço mais efetivo para combater a cegueira racial e superar concepções inconscientes por meio de sua discussão e criticidade, como também, levar os agentes educacionais (professores e funcionários), a compreender a importância de contrapor discursos discriminatórios dentro e fora de sala de aula.

Como então tornar a escola um espaço multicultural, mais sensível, mais justo para pessoas não brancas, como a equipe Multidisciplinar por contribuir para isso? Para Ronald Grass, (2012) o currículo escolar tem um papel fundamental, ele deve definir ideais emancipatórios, romper com a alienação e aumentar o comprometimento e sucesso acadêmico dos alunos que mais necessitam, para que, como consequência, consigam conquistar melhores condições de trabalho e inserção social.

Sobre isso, um dos participantes descreveu a seguinte convicção:

Eu acho que a partir do momento que o professor começa a conhecer mais sobre a cultura afro-indígena as questões raciais e ele consegue trabalhar de uma forma mais eficiente com os alunos, dessa forma os alunos compreendendo um pouco mais, eu acho que reduz essa questão do preconceito que na verdade tá inserido na sociedade, mas quanto mais se conhece eu acho que mais se compreende (...) então quanto mais se conhece, menos se pratica na minha opinião, entre adolescentes então, o professor conhecendo consegue trabalhar melhor com essa questão dentro de sala de aula (...) isso reduz diretamente a quantidade dessas questões preconceituosas que ocorrem dentro de sala de aula (PROFESSOR C, 49 anos).

Outro entrevistado relata que nas discussões da equipe, há uma formação que os levam a reconhecer os alunos como pares, como iguais, o respeito mútuo é citado como um artigo fundamental para boa convivência.

Na minha opinião a prática desse curso dessas dinâmicas e vivências que contemplam ali a equipe multidisciplinar nos traz assim o sentido conscientização e reflexão, na verdade, do que é ser discriminado ou da importância da cor da pele da raça, enfim aonde a gente tem que prevalecer dentro dessas oficinas o respeito a todos e a convivência com todos, diferente dessas questões que envolvem o tema afrodescendente, indígena sabendo respeitar cada um acima de tudo e principalmente saber que todos somos iguais, na verdade trabalhar no sentido que ninguém é diferente de ninguém nessas questões todos temos os mesmos direitos os mesmos valores e que buscam sempre dentro das oficinas e das vivências ali demonstrar que a gente tem que praticar sempre essa cultura né essas vivências sabendo realmente a situação de cada um dentro do seu espaço e meio que está inserido (PROFESSOR D, 42 anos).

Eu acho assim que deu para eu conhecer um pouco mais sobre o tema e saber a diferença assim de chamar a pessoa de negro de entender também o que é a cultura deles (AGENTE EDUCACIONAL E, 37 anos).

Os participantes, mencionam que a escola precisa ser um espaço de discussão e reflexão, de produção do conhecimento, à medida que as pessoas têm acesso a fontes de informações, conhecem sua história, de seu povo e de seu país, conseguem promover a convivência pautada no respeito às diferenças. A partir das discussões nas reuniões da equipe, os membros relataram se sentir mais preparados para planejar atividades interdisciplinares para envolver toda a escola em trabalhos que valorizem a cultura negra e indígena. A história existe para nos lembrar o que não podemos esquecer, considero importante que ao tratarmos de cultura negra no contexto escolar, precisamos retomar os fatos e refletir sobre suas configurações. O Brasil foi o último país, em decorrência da pressão internacional, a abolir a escravidão e ao fazê-lo não apresentou aos negros qualquer compensação que fosse capaz de inclui-los no meio social. No trabalho, eles foram logo substituídos por imigrantes europeus, sem este precisaram retomar a luta por segurança e dignidade. “Em síntese, a escola da escravidão não formou, apenas, o agente do trabalho escravo: deformou-o” (FERNANDES, 1978, p. 68). Após a abolição, os negros foram sucumbidos pela urbanização que transformava a sociedade da época, e lutam até hoje por um espaço que lhes é de direito, driblando

com os altos índices de violência, exclusão e esse histórico não foi apresentado nos materiais de estudo na equipe e, como professores (as), precisamos discuti-los.

Para Ronald Glass (2012), a formação de professores deve ser racialmente crítica e o currículo, promover a interpretação da formação racial do ponto de vista histórico e político.

Um programa de formação docente racialmente crítico e antirracista ajudaria a promover os ambientes de aprendizagem na educação básica combatendo o estereótipo racial, estabelecendo o respeito, garantindo a segurança para as diversas maneiras de ser e proporcionando um currículo relevante às experiências, histórias e aspirações de todos os alunos. A partir das primeiras séries em diante, os alunos estudariam a formação racial como um aspecto da produção histórica de representação e identidades dentro de contextos políticos altamente competitivos. Os processos sociais e culturais explícitos e implícitos que dão nome e inibem as identidades seriam revelados, estudados e desconstruídos. O discurso e as imagens racializadas na mídia e na cultura popular, assim como na conversa cotidiana e na brincadeira dos alunos, seriam analisados para reduzir seu poder definidor (GLASS, 2012, pg. 903).

Nesse sentido a formação de professores precisa ocorrer para todas as modalidades, iniciando na primeira etapa do ensino fundamental. Em 12 anos atuando como docente em várias modalidades, é a primeira vez que participo de formação continuada sobre os desdobramentos das Leis 11.645 e 10.649, formação destinada apenas a professores da rede estadual. Professores mais preparados têm melhores condições de combater os processos sociais discriminatórios e preparar seus alunos para os desafios atuais e futuros.

Um dos entrevistados menciona que é possível ver uma postura diferente dos agentes envolvidos no processo de formação da equipe, e alunos, que vê uma nova forma de agir frente as questões étnico-raciais não só dentro da escola:

Eu penso assim Ane, acredito que através do trabalho da equipe, a gente consegue trazer para dentro do espaço escolar e para a comunidade escolar, reflexões, discussões relacionadas ao assunto, na medida que a gente vai abordando até o posicionamento... comportamentos e atitudes de docentes e alunos, a gente percebe assim que há uma mudança (...) significativa, até mesmo com o abraçar a causa relacionada aos trabalhos que a gente faz, direcionado pra questões de fora do espaço escolar. A gente vê atitudes até fora do espaço escolar, que eles levam daqui e que a gente pensa assim, como é fruto do trabalho da equipe multidisciplinar agregado com toda comunidade escolar partindo de dentro da escola (PROFESSORAA, 52 anos).

Para ser enfrentado, no entanto, o racismo precisa ser reconhecido, sua existência precisa ser evidenciada. Muitas teorias tentam negá-lo, e sua supremacia, censurá-lo.

Para ser bem-sucedida, entretanto, a luta contra o racismo deve ter uma frente e um objetivo mais amplos. O legado da supremacia racial alcança desde os estados mais íntimos e sagrados até aqueles mais públicos e profanos de nossas vidas; ele contamina as instituições sociais, culturais, educacionais, econômicas e políticas e permeia a vida cotidiana. Mas as particularidades da existência e das estruturas ideológicas da cultura devem ser desafiadas para revelar as complexidades e os traços da supremacia racial, e apenas intervenções estratégicas oferecem uma promessa genuína de superar os muitos obstáculos à justiça (GLASS, 2012, pg. 902).

Neste sentido, a equipe multidisciplinar, segundo os membros, promove a oportunidade de discussão e reflexão dos conteúdos essenciais que precisam ser tratados para combater o preconceito. A formação oferecida pela Secretaria de Educação do Paraná, precisa, a meu ver, aprimorar os materiais de suporte aos professores e intensificar esses momentos. No entanto, no ano de 2019, a equipe sofreu redução em sua carga horária, passando de 60 horas anuais, para 20 horas, e apenas em atividades na plataforma EAD. Isso enfraquece as oportunidades de reunir os professores e promover essas discussões que são tão importantes como os membros descreveram. Se ao falar sobre o racismo eu contribuo para a superação de sua naturalização, ao reduzir a carga horária de formação de professores o governo do estado assina o descompromisso com a população, desconsiderando a importância de promover meios para superar a desigualdade em nosso estado utilizando do único dispositivo capaz de concretizá-la: a escola. Se em 2010 a Secretaria de estado de educação evoluiu ao institucionalizar a formação de professores por meio da equipe Multidisciplinar, no ano de 2019 ela regride ao reduzir seus espaços de discussão.

5. O CONCEITO DE RAÇA E PRECONCEITO RACIAL A PARTIR DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS

Antes de definir os conceitos em torno de raça e preconceito, é preciso entender que o racismo é o responsável pela divisão de pessoas em raças, portanto, raça é consequência do racismo, essa divisão é sustentada por meio de um esquema que privilegia uns e segrega outros,

O racismo cria raças e mantém as pessoas dentro delas por meio de processos de ordenamento que distribuem privilégios sociais e benefícios econômicos e políticos. Um entendimento racialmente crítico revela a luta contra o racismo, ao passo que um comprometimento sustentado ao trabalho antirracismo desconstrói o significado e a importância da raça (GLASS, 2012, pg. 886).

Essa divisão não é apenas de ordem cultural, mas também histórica e institucional⁴, é muito fácil reconhecer que há muitos privilégios em ter a cor da pele branca. Se nos perguntassem: Você gostaria de passar por experiências que os negros sofreram e sofrem nos dias de hoje? Qual seria a resposta? Certamente, não. Isso se agrava quando a questão está ligada ao gênero, basta consultar os índices de morte e violência que envolvem mulheres negras não só no Brasil. Portanto, o primeiro passo é reconhecer que existe uma divisão racial em nossa sociedade, e partir dela discutir alternativas que a superem.

Outro ponto importante, é considerar as experiências oriundas dos processos de colonização, que classificou pessoas como superiores e inferiores, senhores e escravos. Partindo dessas considerações, é importante entender o que se define como raça e racismo nas narrativas atuais.

O racismo por sua vez se configura como uma questão histórica e social e é apoiado por um projeto coletivo formando, conseqüentemente uma hierarquia.

O conceito de raça e preconceito mediou algumas questões feitas aos entrevistados, membros da equipe, ao serem perguntados se existia uma distinção de raças, se o Brasil era dividido por raças, os sete participantes responderam não, todos afirmaram que existe uma raça humana que os difere dos animais, mas entre

⁴ “Ex. Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam crianças negras, esse é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando na mesma cidade – Birmingham, Alabama – 500 bebês negros morrem cada ano por falta de uma alimentação adequada, vestimenta, dormitório e facilidades médicas adequadas, e milhares além desses são destruídos ou fisicamente, emocionalmente ou intelectualmente mutilados por causa das condições de pobreza e discriminação na comunidade negra, isso se dá em função do racismo institucional” (CARMICHAEL, HAMILTON, 1969, p. 6).

peessoas isso não ocorre. Lhes perguntei então, “se considerarmos o período histórico compreendido pela colonização onde os negros foram escravizados, nesse momento vocês conseguem identificar uma distinção de raça? Eles admitiram que sim e que o mesmo é decorrente da falta de conhecimento, pelo discurso de superioridade que levou as pessoas a acreditarem nessa distinção e propagarem essa ideologia. Um membro que descreveu sua opinião pautado em sua formação acadêmica na área de biológicas.

Mas olha a raça biológica para nós tem q ter diferenças acentuadas geneticamente, coisa que não ocorre na espécie humana (...) para nós raça é um processo de formação de uma nova espécie, é o primeiro passo e isto não ocorre na espécie humana, não existe (...) na espécie humana ao meu conceito não existe raça o que existe são diferenças (...) o que eu falei pra você (...) fenótipos variados porque se analisar o DNA da espécie humana é o mesmo, a reprodução é compatível em todas as etnias da espécie humana, não impede reprodução (...) nenhum tipo de problema e nenhum ser humano de nenhuma etnia tem alguma vantagem, ele sendo considerado que não tenha nenhuma anomalia, ele não tem nenhuma vantagem ou desvantagem em relação ao outro, então pra mim, dentro da biologia não há raça (...) homo sapiens é homo sapiens (...) (PROFESSOR C, 49 anos).

A concepção pautada no evolucionismo biológico do ser humano foi bastante creditada no século XIX por teóricos adeptos ao Darwinismo, classificando a evolução humana numa modificação de características físicas ao longo do tempo por meio da mestiçagem, levantando a bandeira do branqueamento da raça humana. Não bastasse o peso carregado pelos negros escravizados no processo de colonização, esta teoria serviu para usurpar-lhes mais uma vez sua dignidade e legitimar a suposta inferioridade. Refutada essa teoria, hoje temos a clareza de que – se tratando de aspectos biológicos – não existem diferenças capazes de justificar a hierarquização de uma cultura sobre a outra. O que nos resta discutir é a

prevalência do mito da superioridade etnocêntrica⁵. O relato do Professor C dialoga com a concepção antropológica defendida por Lévi-Strauss,

Existem muito mais culturas humanas do que raças humanas, pois que enquanto umas se contam por milhares, as outras contam-se pelas unidades; duas culturas elaboradas por homens pertencentes a uma mesma raça podem diferir tanto ou mais que duas culturas provenientes de grupos racialmente afastados (STRAUSS, 1975, p.1).

No que diz respeito aos aspectos históricos, o entrevistado descreveu que a necessidade de domínio de uma cultura sobre a outra, pautada especialmente nos interesses econômicos, justificou a propagação da ideia de superioridade, e que esta, foi gradativamente sendo estruturada e propagada de modo a ser naturalizada. Diante disso, o papel da equipe Multidisciplinar é trazer para dentro da escola, discussões que sejam capazes de fundamentar uma nova prática educativa apta a desmistificá-la.

Para mim, observava-se raças de outros seres humanos e erroneamente achava-se que a espécie humana poderia ser classificada pela cor da pele como raça, então eu imagino que por ignorância, por falta de conhecimento científico, por questões econômicas, por questões que favoreciam certos grupos, então você provar que uma espécie era inferior ou superior a outra e isso favorece o domínio e você de alguma forma, consegue inserir isso na cabeça dos jovens que isso não é uma coisa tão errada e dessa forma não há revolta (...). Eu acho que é uma forma de domínio você tentar provar que o outro é inferior, aí nem todos vão cair e acreditar no que você está falando mas vão, uma parcela vai considerar que você tem o domínio sobre aquilo, passa acreditar que é dessa forma. O Brasil numa época em que chegou aqui os povos colonizadores que precisavam de mão de obra indígena ou escrava, qualquer forma que viesse, que fosse barato (...). Darwin quando chegou no Brasil, ficou alarmado com a questão da escravidão, porque aqui foi muito

5 "A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamentos psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. "Costumes de selvagem", "isso não é nosso", "não deveríamos permitir isso", etc., um sem número de reações grosseiras que traduzem este mesmo calafrio, esta mesma repulsa, em presença de maneiras de viver, de crer ou de pensar que nos são estranhas. Deste modo a Antiguidade confundia tudo que não participava da cultura grega (depois greco-romana) sob o nome de bárbaro; em seguida, a civilização ocidental utilizou o termo de selvagem no mesmo sentido. Ora, por detrás destes epítetos dissimula-se um mesmo juízo: é provável que a palavra bárbaro se refira etimologicamente à confusão e à desarticulação do canto das aves, opostas ao valor significante da linguagem humana; e selvagem, que significa "da floresta", e voca também um gênero de vida animal, por oposição à cultura humana. Recusa-se, tanto num como noutro caso, a admitir a própria diversidade cultural, preferindo repetir da cultura tudo o que esteja conforme à norma sob a qual se vive" (STRAUSS, 1975, p.4).

severo, muitos países tiveram, mas aqui no Brasil a questão foi muito severa e os escravos hoje fazem parte de toda a miscigenação da população e muita gente não se vê, então é falta de conhecimento científico mesmo, e é isso que eu acho que essa equipe, ela aos poucos está proporcionando e com o passar dos anos, se Deus quiser, nós conseguiremos atingir uma grande parcela dos alunos, senão todos e começamos uma nova (...) vamos dizer, uma sociedade que venha olhar de forma diferente para esta questão (PROFESSOR C, 49 anos).

Outro entrevistado descreveu a consequência do racismo para distinção de raças, que a concepção e naturalização de algumas ideias ainda se fazem muito presentes, como a condição do índio em uma oca, e que a formação acadêmica junto ao livro didático contribuíram para isso, e hoje a educação deve caminhar para sua superação,

Olha, raça pra mim eu vou dizer é raça (...) raça humana o que se divide ela nas diversas cores é uma questão de cultura né e uma questão biológica também, mas a raça, é raça humana eu divido assim, somos todos da raça humana (...) eu vou falar da minha formação nos dois caminhos dentro da área da educação. Dentro da área social, eu penso que ainda, apesar de ter muitos avanços, toda questão dos índios, a questão dos negros, sempre teve a questão de deixá-los a margem, isso é uma questão cultural uma questão histórica e que se procura, através de leis (...) que a lei torna as pessoas tolerantes, por questão de um crime que vai cometer se não cumprir, mas eu penso, que a gente teria que tentar mudar essa questão de atitude, porque cumprir lei não é mudar sua atitude, cumprir lei é você ter medo de ser punido. Você precisa ser tolerante, mas você não aceita, então eu penso que isso ainda tem muito dentro da nossa sociedade, e infelizmente, as escolas estão trabalhando, mas a escola ainda é um espaço muito pequeno, tem segmentos da sociedade que não buscam trabalhar essas questões. Na questão do mercado de trabalho, na própria formação agora a gente tem a questão das cotas, que tem facilitado bastante porque antes os negros não chegavam lá mais por questão econômica e não por questão de não ter aprendizagem, porque desde pequenos eles não tinham acesso a questão da educação, tudo era limitado tinham que trabalhar trocar a questão do estudo pelo trabalho e isso foi facilitando para chegarem aonde estão. Os índios têm muito mais limitação do que com relação ao negro né, porque ainda temos a visão do índio da oca, nós não temos a visão do índio usando a tecnologia, a gente tá construindo agora, aprendendo a construir essa visão, e não por ignorância, é por uma questão de cultura mesmo, é uma questão de formação do livro didático, é todo o contexto que vai se formando e a gente foi se acomodando. Agora, quando nós apresentamos para os nossos alunos a questão do índio na tecnologia, foi maravilhoso, sabe, tinham alunos que pensavam assim, então são coisas que a gente traz pra discussão para reflexão a gente percebe o quanto nós estamos atrasados, nós estamos atrasados, nós precisamos correr atrás, para trazer essa questão da

equidade de verdade. E eu penso que sobre o índio ainda se precisa escrever e pesquisar muito, os negros a gente tem muito, tem pesquisas eles são grandes protagonistas da nossa sociedade e o índios a gente já vê uma certa timidez (...) pesquisas mais tímidas (...) relacionam ele muito a questão do meio ambiente do espaço dele lá onde ele está, mas e esse protagonismo dele assim é dentro da nossa sociedade, da nossa atualidade de que forma ela está se construindo? (PROFESSORA A, 52 anos).

Embora essa entrevistada não relate sobre a diferenciação de raças ao longo da história, mas relate sobre permanência do racismo em decorrência de nossa formação que não tratou desse assunto da forma devida, ela descreve que essas questões são pautadas nas reuniões da equipe e que é preciso um aprofundamento a respeito dos aspectos culturais dos negros e índios. A equipe multidisciplinar tem promovido essas discussões e, sem ela, talvez o assunto estivesse limitado aos planos de aula de professores de algumas disciplinas. Um ponto importante a ressaltar é o fato da criação da legislação que obriga a inserção no currículo a História da cultura Afro-Brasileira e Africana. Deveríamos ter entendido esta carência no percurso da história. Se houve a necessidade da criação de tal legislação, significa que essa prática não era costumeira e tratada de forma egocêntrica nos currículos escolares e também nos livros didáticos.

E quais as ações da equipe Multidisciplinar para superar o racismo e promover a valorização da cultura afro-brasileira e africana? Essa foi outra questão importante sobre a atuação da equipe que me instigou no início da pesquisa. Segundo os documentos orientadores da SEED, a equipe deve promover a formação de professores, planejar e pôr em práticas atividades de valorização desses povos, como isso ocorre dentro da escola, é o que pretendo responder no próximo capítulo.

5.1. O PRECONCEITO SILENCIADO

As sociedades se configuram por características econômicas que interferem diretamente em sua organização política e social. Essa organização, pautada em interesses financeiros e expansionistas no período colonial levou um grande número de negros africanos à escravidão. Esse sistema serviu para usar características físicas, que classificou o homem branco como ideal e o negro como ilegítimo.

Os dados estatísticos sobre escolaridade, segurança, empregabilidade e

violência, nos mostram que mesmo após 132 anos de abolição a inclusão social da pessoa negra é falha e o preconceito racial é uma de suas causas resultando em exemplos explícitos de violência física e moral. Um exemplo letal que denuncia essa realidade é o caso de Marilele Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada a tiros junto ao seu motorista.

Marielle Franco, quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro e primeira pelo PSOL, uma filha da comunidade da Maré — o maior complexo de favelas do estado do Rio —, negra, lésbica, mãe de uma menina a quem educou sozinha, defensora dos direitos humanos numa cidade sucateada, crítica da atuação da polícia em relação às populações carentes, foi executada com quatro tiros que penetraram no lado direito da sua cabeça. Junto com ela morreu Anderson Pedro Gomes, o motorista do carro em que viajavam. A essa altura, Marielle já não morava na Maré, mas era assídua no local e se definia como “favelada”, invertendo valores e estereótipos em relação a essa população. No dia de aniversário do Rio de Janeiro, colocou uma foto numa laje do Complexo, com a seguinte mensagem: “Parabéns pra essa cidade do coração, que, infelizmente, tem sido maltratada historicamente, inclusive nos últimos anos. E que quanto mais parece estar abandonada, mais fica hostil às mulheres e à população negra” (SCHWARCZ, 2018, p. 125).

Este exemplo nos aponta que estamos frente a um racismo peculiar, um racismo silencioso – sobre o qual, para o poder público, amparado na lógica do mercado e sustentado pela desigualdade, é mais fácil negá-lo do que criar mecanismos para superá-lo – escondido atrás de leis que simulam uma universalidade que não se constata na prática (SCHWARCZ, 2012. p. 21).

Para os entrevistados, as práticas de preconceito existem, em seus relatos percebemos a forma íntima que ele exerce, individual, praticado pelo outro, nunca publicizado. Ao serem perguntados se já haviam vivenciado alguma prática de preconceito racial, todos (as) relataram ter presenciado, todos em tons de brincadeira, mas cheios de significado, tais como: “você fez negreira” ao se referir ao erro do outro; “os brancos que se entendam” desqualificando o negro da habilidade de resolver problemas, ou atribuindo unicamente ao branco a incumbência de resolver todos os problemas; “a noite todos os gatos são pardos”. Estas brincadeiras, representam a teia de significados que configura a interpretação dos sujeitos frente as questões étnico-raciais, evidenciando um contexto cheio de discriminação que muitas vezes não é percebido, mas sim naturalizado.

Em seus relatos expuseram as seguintes percepções:

Eu diria que sim (...) só que todas em tons de brincadeira, mas mais pela questão de termo pejorativo. A criança ou adolescente está repetindo, recriando o que ele viu em algum lugar e que é uma forma de preconceito, então ocorre. Nunca presenciei algo muito grave que gerou violência, foi levado na brincadeira pelas duas partes, mas era, com certeza, racismo mais de uma vez inclusive (PROFESSOR C, 49 anos).

Na verdade a gente observa as coisas no dia a dia porque ninguém diz “não gosto daquela cor”, mas pelas atitudes a gente observa, claro que agora nem tanto, mas sempre num momento ou outro, numa brincadeira, numa atividade a gente sempre acaba presenciando atitudes que nos levam a repensar, e pensar também que o trabalho da equipe é importante dentro da escola e que precisa abranger talvez de formas diferentes pra que chegue a todos (PROFESSORA A, 52 anos).

Todos os entrevistados reconheceram a prática de racismo dentro da escola cometida entre alunos por meio de “brincadeiras”, e reforçaram a importância da equipe como um instrumento dominante para auxiliar os professores à alcançarem o conhecimento necessário para tratar do preconceito racial com seus alunos e promover na escola, por meio dessa formação, um espaço pluricultural e antirracista.

5.2. AÇÕES PARA VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO CONTEXTO ESCOLAR

Neste momento discutirei a importância da Equipe Multidisciplinar diante da interpretação de seus membros e as ações desenvolvidas por eles na escola, partindo da orientação da organização das formações da equipe.

Um dos meus objetivos no início da discussão, era entender a importância da equipe frente as questões étnico-raciais no contexto escolar. Segundo os documentos norteadores da Secretaria de estado da Educação, a equipe é uma política do estado do Paraná para promover a formação continuada de professores da rede para enfrentar questões de aspectos racial e respeito a diversidade.

Ao serem perguntados sobre qual a importância da Equipe Multidisciplinar no contexto escolar, os entrevistados relataram, em sua maioria, que se sentem mais preparados para os desafios educacionais ligados aos aspectos étnico-raciais a partir da formação da equipe, um deles, relatou que no início se inscreveu para

participar da formação apenas pela carga horária que lhe renderia progressão salarial na carreira por meio do certificado, mas que depois, se envolveu no processo de formação de modo a entender sua importância.

Inicialmente a participação na equipe foi por carga horária, para curso, para questões de avanço profissional...agora no ano passado, de 2018, eu participei porque na verdade os trabalhos que foram desenvolvidos nos anos anteriores sempre foram bons, e sempre acrescentava muito em termos de conhecimento para, principalmente para gente, que não é da área, dessa área de humanas. Essa formação o material disponibilizado é um material bom, então as discussões do grupo, tudo contribui para melhorar essa formação. A gente até para poder enxergar onde é que você pode trabalhar isso com os alunos em sala de aula, dentro da sua disciplina. Então no primeiro curso foi mais por carga horária, mas ano passado...já foi mais para conhecimento mesmo, não só pela carga horária, mas também para ampliar um pouco mais o conhecimento e facilitar esse trabalho (PROFESSOR C, 49 anos).

Dois dos membros relataram a curiosidade por fazer parte, por ver o que era produzido pela equipe em outros anos,

Primeiro a minha curiosidade de fazer parte da equipe, até então eu não tinha feito uma participação tão ativa, tinha visto o trabalho anterior de outros professores e eu gostei da atitude deles, é uma maneira de ajudar de melhorar e aprender né, aprender com os outros (PROFESSORA B, 39 anos).

Na verdade essa curiosidade né eu tinha essa curiosidade em participar do curso as horas também são importantes mas a curiosidade de você se aprofundar mais no tema nesse tema que está bastante amplo e cada vez mais complexo em todas as áreas né e eu buscava ter mais conhecimento tanto é que eu particularmente sou afrodescendente então eu queria ter situações que fizessem eu entender determinados comportamentos que as vezes eu ficava meio sem entender e o curso me ajudou muito nisso (AGENTE EDUCACIONAL D, 42 anos).

Percebemos nos relatos alguns pontos importantes citados pelos entrevistados, entre eles: interesse pela carga horária, curiosidade e aperfeiçoamento profissional por meio do aprendizado. As horas para progressão salarial foram um grande atrativo para que esses professores e agentes participassem da formação, o que é, de certa forma, um fato preocupante, haja vista a relevância do tema. Se não houvesse certificação para avanço salarial, provavelmente, a equipe não teria inscitos, esse fato torna evidente a necessidade

de a equipe resultar em uma política importante não só para certificar professores, mas sim, uma ação que respeite a legislação, a trajetória do povo negro e sua cultura. A escola é composta em sua maioria por professores brancos, que ao fazer parte da equipe, passam a discutir a história do movimento negro brasileiro, há ainda pouca compreensão sobre importância da escola como instrumento de combate a desigualdade social, que envolve principalmente o histórico de uma abolição mal aplicada e uma colonização que legitimou a superioridade do homem branco.

Ao citarem a curiosidade e a aquisição de conhecimentos como atrativos à fazer como cursista, vemos a carência de formação continuada aos professores da rede, a qual precisa ser assegurada e ampliada, fato que não ocorreu durante a formação de 2019, que teve sua carga horária reduzida de 60 h de curso para 20 h, demonstrando o não comprometimento da Secretaria de Educação com a política de formação de professores sobre este tema. Isso reduz as oportunidades de aperfeiçoamento docente, necessárias para uma educação verdadeiramente democrática, silenciando os diálogos que possam promovê-la.

Nos materiais de estudo elaborados pela Secretaria de Estado da Educação, a equipe foi criada em resposta ao cumprimento da legislação, com objetivo de fornecer formação continuada aos professores paranaenses e reconhecer os povos negros e indígenas como participantes da construção histórica, social e econômica do país e principalmente do estado do Paraná.

Ao longo da trajetória institucional da Equipe Multidisciplinar, o farol para torná-la uma política pública educacional foi cumprir a legislação nacional que versa sobre a obrigatoriedade da presença de saberes históricos/culturais/sociais e tradicionais advindos de grupos que contribuíram significativamente com o alicerce cultural, econômico e político da sociedade brasileira, sem no entanto, serem devidamente reconhecidos. No que tange aos grupos étnicos africanos, migrados forçadamente para produzir riquezas, das quais foram sempre alijados, a legislação nacional e outros dispositivos legais visam garantir condições de equidade e acesso aos bens materiais e simbólicos. Em se tratando dos povos indígenas, o direito de serem igualmente reconhecidos e valorizados como protagonistas da história brasileira. Nesse sentido, a Equipe Multidisciplinar foi se configurando, nos meandros institucionais, como uma política pública educacional, desde 2010, e se fortaleceu em 2014 com a publicização de materiais produzidos e disponibilizados, anualmente, na página oficial da Secretaria de Estado da Educação (SEED, PARANÁ, 2018)

Para os participantes, a equipe permite que os professores se preparem melhor para discutir alguns conceitos. Algumas disciplinas já têm programado em seu currículo esta abordagem, outras de maneira não aprofundada. A equipe permite que professores de várias disciplinas conversem e reflitam sobre os materiais disponibilizados para essa formação e preparem suas aulas, bem como atividades extracurriculares de aproximação com a temática. Ou seja, é uma formação que leva os professores de todas as áreas do saber a discutir a necessidade de tratar do mesmo tema, é um assunto que deve permear todas as disciplinas do currículo.

Eu acho assim que os temas, que eram temas transversais agora virou contemporâneos, não são trabalhados por todos os professores, então a equipe, eu acho, que ela proporciona pra escola ter um momento para eles terem acesso a esses temas que no dia a dia nem sempre são trabalhados: sexualidade, meio ambiente (...) são questões que estão inseridas em várias matérias então são trabalhados e a questão da equipe, que fala da questão indígena, da questão afro já está limitado mais a algumas disciplinas. Está inserida em algumas matérias, então eu acho que a equipe contribui para os professores, todos os professores que tenham interesse, tenham essa formação que não tiveram na universidade, e dessa forma eles possam abordar num momento oportuno, quando surgir essa questão na sua disciplina, eles possam ter mais segurança para trabalhar (PROFESSORA, 52 anos).

Essa narrativa nos faz pensar que a equipe não alcançou uma condição capaz de romper com a ideia de classificar as questões étnico-raciais como conteúdo ou como temas transversais, para ocupar um espaço de discussões necessárias que fazem parte do cotidiano das pessoas, e para além disso, transformar o comportamento das pessoas.

Um aspecto importante a considerar, e relatado pelos entrevistados, é que 6 deles formaram-se antes da Lei 10.639 ser sancionada. Ao serem perguntados se conhecem a obrigatoriedade de envolver a temática no currículo, todos disseram conhecer, mas ao serem perguntados se conheciam a Lei 10.639, 6 deles disseram que não. Ou seja, este é um indicativo da importância e urgência de criação de políticas públicas para formação de professores, distribuição de materiais didático-pedagógicos para estudo de alunos e professores nas escolas, para que a legislação seja melhor divulgada na intenção de que todos tenham entendimento do seu conteúdo. Mas enfatizo que a formação de professores é o único caminho para superar os desafios colocados pelas ideologias de raça e classe social.

Eu sempre penso assim que a equipe multidisciplinar vem para dar um suporte a escola, eu adoro me encontrar com meus colegas, eu adoro trocar ideias com meus colegas para melhorar o ambiente escolar, os anos passados com as oficinas foi 10 sabe, eu vi todo mundo trabalhando, todo mundo se empenhando, toda a escola. Todo ano a equipe multidisciplinar ela que unir as pessoas, eu digo que é uma união, porque a gente troca perguntas, troca questionários, então eu digo que a equipe ela é um suporte a mais para a escola, a direção tem que se envolver sempre, tem que saber o que está acontecendo, porque a gente precisa deles também né (...) uma equipe que precisa de outra equipe, do pedagógico, da direção, da parte dos alunos, então tem que ter uma interação maior, quanto maior interação tiver nesses três meios, a gente consegue o sucesso da equipe (PROFESSORA B, 39 anos).

Muitos dos participantes, tanto professores como funcionários reconhecem que depois da institucionalização da equipe dentro da escola, muitas atividades foram desenvolvidas, elencando as características da cultura afro-brasileira, africana e indígena, que a escola toda se envolve e trabalha o mesmo assunto, na sala de aula e em atividades extracurriculares.

A rede estadual é responsável pela formação de alunos a partir do ensino Fundamental anos finais, no entanto, como relata Ronald Glass (2012), o currículo deve garantir as discussões sobre as questões étnico-raciais e as estruturas de supremacia, incluindo formação de professores, a partir do primeiro ano do ensino fundamental – anos iniciais. Essa modalidade de ensino é de responsabilidade dos municípios, e muitos deles não têm uma política de formação continuada a professores que trate dessa legislação

Até o momento os professores relataram se sentir mais preparados para contemplar conteúdos ligados a cultura Afro e Indígena, e para lidar com questões de preconceito no dia a dia, além disso, se sentem instigados a contemplar o assunto, além das aulas e História. Nesse sentido, a equipe se tornou indispensável à escola, aos professores e principalmente aos alunos...

Muito importante uma Equipe Multidisciplinar dentro da escola ela vem somar e ajudar diante de todas as situações que a gente já elencou ai até o momento e tem muitas ações e muitas atividades na verdade no dia a dia se for analisar eles estão presente em cada momento, é uma equipe forte preparada e bem orientada, acredito que nossa soma é imprescindível para o estabelecimento e para alunos (AGENTE EDUCACIONAL D, 42 anos).

No encontro de preparação para elaboração do Plano de ação da equipe desenvolvido no início da formação, foram elencadas atividades a serem desenvolvidas. Os professores passaram a preparar suas aulas relacionando objetos de conhecimento de suas disciplinas a aspectos relacionados a formação de nossa cultura. Dentre as ações elencadas pela equipe, houve uma atividade de conscientização nas ruas de Pinhão. Nesse dia, os alunos distribuíram panfletos com mensagens antirracistas, lembrando que práticas racistas são consideradas crime diante da nossa legislação. O interessante é que essa foi uma ação sugerida pelos próprios alunos, eles queriam falar para as pessoas sobre esse assunto, e com a ajuda dos professores foram às ruas,

Olha uma coisa que me deixou bem feliz no ano de 2018 com relação a equipe foi assim, além da equipe, alunos também, assumindo aquele compromisso de levar essa questão fora da escola, eles fizeram atividades, inclusive, foram eles que propuseram durante nosso plano de ação de estar fazendo, nas ruas centrais do Pinhão, momentos de parar os carros, de fazer blitz, distribuir questões relacionadas ao assunto, os temas para comunidade, e a gente colheu grandes frutos foi uma coisa que teve uma repercussão bem positiva dentro da nossa comunidade aqui dentro do Pinhão, como um todo, a cidade como um todo (PROFESSORA A, 52 anos).

Em síntese, por meio da equipe Multidisciplinar, ações de combate ao racismo extrapolaram os muros da escola, promoveram a participação ativa dos alunos nas ruas que assumiram o protagonismo necessário para uma aprendizagem significativa e verbalizaram isso na atividade citada pela entrevistada.

A Equipe Multidisciplinar da escola promoveu ações pautadas nas discussões que foram pensadas pelo coletivo de professores e agentes educacionais. Em algumas ocasiões envolveu os alunos na participação desse planejamento, demonstrou criar um espaço para superar o silêncio e discutir o racismo que alcança principalmente os alunos matriculados na escola pública. Foram reuniões sobre as características culturais das pessoas negras, suas manifestações através da mídia e sua evidência como gene da nossa formação. As ações serviram para demonstrar a participação da escola frente a temática étnico-racial.

As atividades destacaram características que ilustram a participação das pessoas negras em nossa sociedade, em especial no estado, onde chegaram e de que modo contribuíram para o avanço econômico e político em nosso país.

Apesar disso, o papel mais importante da equipe, é garantir que os professores tenham assegurado seu direito de formação continuada, especialmente frente a esse tema que ainda precisa ser muito discutido em nossas escolas. Temos um longo caminho a percorrer, a equipe multidisciplinar, a partir de suas reuniões de estudo e planejamento, está dando os primeiros passos. As atividades em 2018 sobre a cultura negra e indígena, ultrapassaram as paredes das salas de aula, e foram para outros espaços, incluindo às ruas da cidade.

5.3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Se discutimos até aqui a concepção de que a classificação das pessoas pela categoria de raças distintas, é uma construção social, e como tal precisa ser colocada em discussão. Precisamos refletir sobre a responsabilidade das instituições em promover alternativas para alcançar a tão sonhada igualdade social e racial. A aprovação da lei nº 10.639 em 2003, permitiu que a legislação caminhe no sentido da superação da desigualdade, assegurando e reconhecendo a diversidade étnico-racial em nosso país. No entanto, a aprovação de uma lei não é garantia de seu cumprimento, especialmente quando se trata de uma construção histórica. É preciso uma formação sólida de professores sobre a História da África, sobre sua contribuição na constituição de nossa cultura. A equipe Multidisciplinar é um bom dispositivo para promover o respeito à diversidade e dar sentido à história híbrida de povos e culturas.

Foi unânime a defesa dos cursistas em relação à importância da Equipe Multidisciplinar. O único ponto negativo, segundo eles, é o tempo. Os professores precisam ter mais momentos para esses estudo e planejamento que traga na pauta a questão étnico-racial

Foi relatado que o trabalho fruto da equipe não se dá sumariamente, ele permeia o ano todo e tem continuidade no ano seguinte. A cada ano uma nova equipe é formada para disseminar os conhecimentos aprendidos nos estudos. Os conteúdos tratados dialogam com os conteúdos das disciplinas, promovendo a reflexão sobre o currículo adequado aos desafios, e uma nova abordagem metodológica.

Para uma entrevistada, a Equipe deveria ter sua carga horária estendida, haja vista a dinâmica e envolvimento que ela proporciona:

O conteúdo é maravilhoso, a gente sempre acaba agregando mais conteúdo mais conhecimentos acaba pesquisando muito mais do que é proposto. Porque ela traz um direcionamento, os conteúdos estão numa linguagem bem acessível a todos. Sobre o tempo de formação, se nós formos pensar no trabalho direcionado dentro da escola e se formos pensar em cumprir exatamente aquela carga horária proposta dentro da formação, eu diria que ela é totalmente insuficiente porque nós comprometidos com a questão da aprendizagem, da assimilação do tema, daquilo que a gente gostaria de atingir, dos objetivos propostos a gente nunca trabalha só aquela carga horária a gente acaba trabalhando muito mais (...) então eu penso que deveria ser estendido durante todo o ano (...) começar na formação de início do ano, já organizar a equipe multidisciplinar e ela ir decorrendo (...) independente da carga horária. Porque geralmente no plano de ação programa-se algumas atividades e aí como vai sendo atropelado e a gente tem um prazo limite para apresentar o relatório acaba que algumas vezes a gente acaba não conseguindo fazer a contento (PROFESSORA, 52 anos).

A Equipe Multidisciplinar, ao cumprir o disposto na legislação, oferece também preparo aos professores para promover uma educação sem preconceitos raciais dentro e fora da escola, além disso, permite que professores que não tiveram nenhuma formação em torno das questões étnico-raciais se aproximem dessa cultura para que estejam mais preparados para abordá-la em suas disciplinas

Eu acho que os participantes da equipe têm uma condição de trabalhar um pouco melhor, pelo menos na minha opinião. Antes de eu participar da equipe eu tinha menos condições de mediar um conflito. Eu acho que os professores que participam têm mais condições, ou aqueles que tiveram uma outra formação, de outra modalidade que não seja essa, porque a universidade, na minha área, não traz muita informação neste sentido então se a pessoa teve uma formação, acredito que contribui (PROFESSOR C, 49 anos).

Nesse sentido, a Equipe Multidisciplinar se apresentou no discurso dos professores, com o uma formação essencial para atuação enquanto docentes, e se constitui como uma instância colegiada capaz de contribuir para expansão dos debates sobre racismo e melhor preparar os agentes para sua superação, bem como para promoção de uma educação antirracista.

6. CONCLUSÃO

O trabalho de formação dos agentes membros da Equipe Multidisciplinar permite um contato mais próximo com a realidade e com as experiências vivenciadas pelas populações negras e indígenas. Permite uma discussão sobre o processo histórico de escravização no Brasil, que diferente de outros países, acreditou por muito tempo no mito da democracia racial, e usa esta ilusão para mascarar a profunda dívida histórica que o país tem com africanos escravizados.

É impossível tratar da história do Brasil, compreender seu passado e futuro, sem antes voltar às raízes africanas que constituíram nossa organização política, social, econômica e cultural. Essas discussões são fundamentais, assim como a criação de políticas de compensação que atualmente vêm sofrendo profundo ataque, marcado por um discurso político similar ao do período ditatorial.

Esse assunto deve permear os currículos das escolas e, principalmente, a formação de professores. Com esta intenção, a Equipe Multidisciplinar trouxe artigos importantes sobre o tema, mas não suficientes para promover uma discussão menos mascarada da história do negro e sua participação no cenário brasileiro, especialmente em nosso estado. Há a necessidade de se aprofundar estudos que demonstrem as consequências de uma abolição de negros escravizados sem nenhuma política compensatória adequada, que os colocou à margem da vida social e contribuiu para sua escravização moral a partir de 1888, resultado hoje nos altos índices de violência e pobreza que afetam principalmente negros.

A Equipe Multidisciplinar tem muito a evoluir. Ela deve garantir a participação de todos os professores nessa formação, ampliar sua carga horária, e assegurar sua efetividade, dando mais condições para que o professor tenha tempo para planejar suas aulas de modo a contemplar a diversidade de maneira crítica, precisa levantar a discussão de modo a não permitir que as questões étnico-raciais se apresentem apenas como temas transversais ou conteúdo a serem cumpridos, precisa promover a mudança de atitude, resistir às brincadeiras naturalizadas e acima de tudo assumir a responsabilidade por uma educação antirracista. A carga horária destinada à formação e a preparação de aulas em nossa rede não permite isso.

A partir dos relatos dos entrevistados, foi possível perceber que as ações da Equipe Multidisciplinar permitem o envolvimento da escola nas questões étnico-

raciais, essa equipe promove a participação de todos os segmentos: direção, professores, pedagogos e funcionários em atividades interdisciplinares que envolvam o coletivo, atividades que vão além da sala de aula. Todos os agentes se tornam educadores nesse momento. Segundo os relatos dos entrevistados, a Equipe Multidisciplinar promoveu debates sobre a história e cultura do negro no Brasil; planejamentos de ações antirracistas que envolveram os alunos e oficinas interdisciplinares com esta pauta, que atingiram todas as disciplinas do currículo, estes elementos demonstram o caminho certo a percorrer e os objetivos da equipe atingido professores, funcionários, alunos e comunidade escolar.

As Equipes Multidisciplinares no estado do Paraná se apresentam como um avanço em relação ao que prevê a legislação e tem como objetivo diminuir a desigualdade ao passo que promove a inclusão social e racial. Por meio dessa formação, foi possível visualizar a reflexão em torno dos conceitos de *raça* e *preconceito racial*, que são abordados pelos entrevistados por meio de um discurso que enfatiza a inexistência de raças distintas, mas que afirma a existência do preconceito exercido por terceiros (entre amigos, entre alunos), como se coabitassem em uma ilha, com racistas em todos os lados, ou seja, todos afirmam que existe preconceito racial, mas esse racismo é sempre praticado pelo outro, e não afirmado publicamente, mascarado, silencioso.

Se a formação continuada do professor não dá conta de promover um cenário emancipatório do estudante que mais precisa, tampouco a formação inicial promoverá, haja vista que muitos professores se formaram antes mesmo da publicação da legislação que torna obrigatório a abordagem do tema em todas as disciplinas do currículo. Assim como a formação inicial de professores (as), a Lei não é garantia de que as discussões ocorram de maneira adequada no contexto escolar. Para isso, uma formação de professores mais crítica e aprofundada em conjunto com posicionamento moral e ético, será capaz de superar as estatísticas que colocam a população negra no topo dos índices de desigualdade social crônica.

Lamentavelmente, a história do negro no Paraná é assunto que se aponta com pouca relevância no estado, pois a criação de uma política voltada à formação continuada de professores, por meio da Equipe Multidisciplinar ocorreu apenas em 2010, muito recente. No ano de 2019 a formação foi reduzida para 20 horas anuais, sem encontros presenciais, o que impede a institucionalização de momentos de

debate e discussões fundamentais para reflexão crítica de professores, além de reduzir o conteúdo essencial para essa formação, impossível de ser compreendido em 20 horas de curso.

Os relatos dos participantes demonstram que essa formação foi fundamental para sua atuação em sala de aula. Em decorrência dos estudos, se sentiram mais preparados para tratar do assunto com seus alunos, a Equipe promoveu uma articulação interdisciplinar para realização de atividades na escola que antes era limitada a algumas disciplinas do currículo. A Equipe Multidisciplinar de 2018 provocou articulação interdisciplinar do currículo que é avaliada como positiva pelos seus membros. No entanto, o tema precisa ser aprofundado, o memorial precisa ser melhor divulgado pela Secretaria de estado da Educação e sua formação estendida anualmente a todos os professores e funcionários das escolas estaduais do Paraná.

A política de formação de professores conquistada em 2010, sofre uma regressão nove anos depois, quando em 2019, os participantes não tiveram nenhum encontro presencial para discutir questões fundamentais para a educação pública do estado que tenham como pauta as questões étnico-raciais, demonstrando o não comprometimento da Secretaria de Estado da Educação do Paraná com esta temática.

REFERÊNCIAS:

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. Organizadores. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC- FGV, 2007.

BRASIL. Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 19 de jan. 2019.

_____. Decreto 3551/00. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em Janeiro de 2019.

_____. Decreto 4228/2002. **Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências**. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm. Acesso em Janeiro de 2019.

_____. **Constituição da República federativa do Brasil de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 05 mar. 2019.

_____. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira” e da outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

_____. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”; modifica a Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e

da outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em de março de 2019.

_____. **Lei Nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades federais e nas instituições federais de Ensino técnico de nível e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em de mar. 2019.

_____. **Lei Nº 12.990**, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em 28 de jan. 2019.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Deliberação 04/2006**. Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2006. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/f690fa627b77372f832571e000624a6c?OpenDocument>. Acesso em abril de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 1/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em março de 2019.

_____. **Resolução Nº 5/2012**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2012. Disponível em: <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao->

[externo/rest/lei/86/pdf](#). Acesso em março de 2019.

DANTAS, C. V.; MATTOS, H. ABREU, M. **O negro no Brasil. Trajetórias e lutas em dez aulas de história**. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3º Ed. São Paulo: Ática, 1978.

FONSECA, M.V.; SILVA, C. M. N.; FERNANDES, A.B. Organizadores. **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FRANK, G. **Juíza diz que réu não parece bandido por ter “pele, olhos e cabelos claros”**. Folha de São Paulo, São Paulo, 1 de março de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/juiza-diz-que-reu-nao-parece-bandido-por-ter-pele-olhos-e-cabelos-claros.shtml>. Acesso em 15 de julho de 2019.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização (1929-1930)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: Las venas abiertas de America Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GLASS, R. D. **Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista**. Revista Brasileira de estudos pedagógicos, Vol. 93, n. 235. 2012.

GOLDENBER, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8º ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, F. S.; REIS, J.J. Liberdade por um fio. **História dos Quilombos no Brasil**. 1º ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GOMES, N.L. MUNANGA, K. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2012.

_____. N.L. MUNAGA **O movimento negro educador**. Editora Vozes. Petrópolis 2017.

HAMILTON, Charles V.. CARMICHAEL, Stokely. **Black Power**. The Politics of Liberation in América. Penguin Books. Londres. 1969.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011.

LÉVI STRAUSS, Claude. **Raça e história**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

KON, N. M.; SILVA, M.L.; ABUD, C.C. **O Racismo e o Negro no Brasil. Questões para psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MINAYO, MSC. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. Revista Pesquisa Qualitativa, v.12, n.24 p. 146, 2003.

PARANÁ (Estado). **Orientação Nº 002/2010**. Composição das Equipes Multidisciplinares nos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual de Educação e nos NREs. 2010. Disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/orientacao0022010dedi.pdf>. Acesso em junho de 2019.

_____. Cadernos Temáticos. **Educando para as Relações Étnico-Raciais II**. 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_raciais.pdf. Acesso em Março de 2019.

_____. Instrução Normativa N° 017/2006. **Educação das Relações Étnico-Raciais**. 2006. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao172006.pdf> . Acesso em Junho de 2019.

_____. **Instrução Normativa N° 010/2010**. Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao102010.pdf> . Acesso em Junho de 2019.

_____. **Orientação N° 01/2012**. Equipes Multidisciplinares. 2012. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/Orientacao01.pdf> . Acesso em junho de 2019.

_____. **Orientação N° 001/2013**. Equipes Multidisciplinares. 2013 Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/orientacao0012013dediseed.pdf> . Acesso em junho de 2019.

_____. **Resolução N° 3.399/2010**. Equipes Multidisciplinares. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/resolucao_3399210_gsseed.pdf . Acesso em junho de 2019.

_____. **Orientação N° 001/2018**. Composição e funcionamento das Equipes Multidisciplinares - EM 2018/2019 nos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual de Educação, Instituições Especializadas Estaduais e Escolas Parceiras, Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação. Disponível

em:http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/2018/orientacao00120182019_dedi.pdf Acesso em junho de 2019.

_____. **Orientação N° 002/2018.** Formação continuada e desenvolvimento da prática pedagógica na implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual de Educação, Instituições Especializadas Estaduais e Escolas Parceiras, Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação das Equipes Multidisciplinares. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/2018/orientacao00220182019_dedi.pdf . Acesso em junho de 2019.

_____. **Orientação N° 001/2013.** Equipe Multidisciplinares. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/orientacao0012013dediseed.pdf> . Acesso em junho de 2019.

PINHEIRO, M. R. **Cotas Raciais na Universidade Pública brasileira: com a palavra, o cotista negro.** Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Centro Oeste,Irati, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Dia a Dia educação. Equipe Multidisciplinar.** Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1487> . Acesso em Janeiro de 2020.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e Raça na sociedade Brasileira.** 1ª- ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO:

PERFIL DOS ENTREVISTADOS E APROXIMAÇÃO COM O TEMA

1-Nome

2-Idade

3-Profissão

4-Escolaridade

5- Ano de formação

6- O que você conhece sobre a Lei nº 10.639?

7- O que você conhece sobre a lei nº 11.645?

8-O Projeto Político Pedagógico da sua escola contempla a temática: cultura afro-brasileira e africana e indígena? De que forma?

9-Você conhece uma prática pedagógica desenvolvida em sua escola que aborde a temática da cultura afro e indígena? Qual?

10-Você já presenciou alguma prática preconceituosa em sua escola? Qual?

11-Você já participou de cursos, oficinas, seminários, especialização sobre a cultura afro e indígena além das oferecidas pela seed?

12-Você já trabalhou algum conteúdo relacionado à cultura afro ou indígena em sala de aula ou em atividades extracurriculares? Qual?

APÊNDICE II

ENTREVISTA

SOBRE O CONTEXTO DE TRABALHO E A PARTICIPAÇÃO NA EQUIPE

1. O que te motivou ser membro da equipe multidisciplinar no ano de 2018?
2. Os conteúdos tratados na formação atendem a demanda de trabalho? De que forma?
3. Quais atividades relacionadas ao tema você já desenvolveu junto aos alunos ou na escola?
4. Você já vivenciou ou soube de alguma prática de racismo na escola? Em qual situação?
5. Qual a importância da equipe multidisciplinar na escola?
6. Você considera suficiente o conteúdo e tempo destinado a formação da equipe? Por que?
7. A escola desenvolveu ações que promoveram a valorização da cultura negra e indígena? Quais?